

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Programa de Estudos de América Latina e Caribe

Bolsista: Giovana da Silva Gouvêa

Linha de Pesquisa: Cultura política e a questão social no Brasil – Uma análise do Estado brasileiro no século XX e XXI

Período de Coleta: 01 de outubro de 2023 até 31 de outubro de 2023

Data da notícia: **02/10/2023**

Título: STF já tem maioria para condenar outros cinco réus pelos atos golpistas de 8 de janeiro

Fonte pesquisada: <https://www.brasilefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasilefato.com.br/2023/10/02/stf-ja-tem-maioria-para-condenar-outros-cinco-reus-pelo-atos-golpistas-de-8-de-janeiro>

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, neste domingo (1º), para condenar mais cinco réus que participaram dos atos golpistas de 8 de janeiro, em Brasília. As cinco ações penais estão em julgamento no plenário virtual da Corte até às 23h59 desta segunda-feira (2).

Nas cinco ações, seis ministros acompanharam o voto do relator dos casos, o ministro Alexandre de Moraes, pela condenação dos réus: Edson Fachin, Rosa Weber, Dias Toffoli e Gilmar Mendes. Cristiano Zanin acompanhou o voto, mas sugeriu penas e multas menores do que o estabelecido por seus colegas.

Moraes afirmou, em seu voto, que os réus aderiram dolosamente “a propósitos criminosos direcionados a uma tentativa de ruptura institucional, que acarretaria a abolição do Estado Democrático de Direito e a deposição do governo legitimamente eleito, cuja materialização se operou no dia 08/01/2023, mediante violência, vandalismo e significativa depredação ao patrimônio público”.

“Cabe destacar, ainda, que a horda criminosa golpista atuava desde a proclamação do

resultado das Eleições Gerais de 2022, em intento organizado que procedeu em escalada de violência até culminar no lamentável episódio do início de janeiro deste ano”, argumentou ainda o ministro.

“Os atos criminosos, golpistas e atentatórios das instituições republicanas em 08/01/2023 desbordaram para depredação e vandalismo que ocasionaram prejuízos de ordem financeira que alcança cifras nas dezenas de milhões, para além das perdas de viés social, político, histórico – alguns inclusive irreparáveis –, a serem suportados por toda a sociedade brasileira.”

O ministro André Mendonça, até às 10h desta segunda-feira, havia votado em três das cinco ações penais. O magistrado votou para condenar os réus apenas pela tentativa de abolir do Estado Democrático de Direito, com emprego de violência ou grave ameaça, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais, e por associação criminosa, de acordo com os artigos 359 e 288 do Código Penal, respectivamente.

Agora, restam votar os ministros Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Kassio Nunes Marques e Cármen Lúcia.

O Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos (GCAA), da Procuradoria-Geral da República (PGR), apontou para os delitos e crimes de associação criminosa armada, abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado. Se somadas, as penas podem chegar a 30 anos de prisão.

São os réus: João Lucas Vale Giffoni, de 26 anos, morador de Brasília (DF); Jupira Silvana da Cruz Rodrigues, de 57 anos, residente em Betim (MG); Nilma Lacerda Alves, de 47 anos, de Barreira (BA); Moacir José dos Santos, de 52 anos, morador de Cascavel (PR); e Davis Baek, de 41 anos, residente em São Paulo (SP).

No início de setembro, o STF já havia condenado os primeiros cinco réus pela invasão e depredação aos prédios dos Três Poderes: Aécio Lúcio Costa Pereira, 51 anos, residente em Diadema (SP); Thiago de Assis Mathar, 43 anos, da cidade de São José do Rio Preto (SP); Moacir José dos Santos, 52 anos, oriundo de Foz do Iguaçu (PR); e Matheus Lima de Carvalho Lázaro, 24 anos, com domicílio em Apucarana (PR).

Data da notícia: **02/10/2023**

Título: Investigação da morte de Marielle sobe ao STJ; veja próximos passos.

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/investigacao-da-morte-de-marielle-sobe-ao-stj-veja-proximos-passos/?utm_medium=leiamais&utm_source=cartacapital.com.br

O inquérito que investiga o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes foi remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

A mudança de foro foi causada, conforme revelou o jornal O Globo, pelas suspeitas do envolvimento do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Domingos Brazão, no crime. Segundo a publicação, o nome dele foi citado na delação premiada feita pelo ex-PM Élcio de Queiroz, preso por suspeitas de participação no homicídio, em 2018. O conselheiro nega as acusações.

A mudança de tribunal, no entanto, não significa a federalização do caso, considerado desnecessária pela própria Corte, em maio, quando a maioria dos ministros considerou que as autoridades estaduais tinham capacidades efetivas de oferecer uma resposta ao crime.

O inquérito continuará, portanto, sendo conduzido pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro em parceria com a Polícia Federal. A criação dessa Força Tarefa foi negociada pelo ministro da Justiça, Flávio Dino.

Na prática, o caso segue sendo investigado pelas autoridades locais, mas, a partir de agora, as decisões sobre o rumo das investigações, assim como a autorização de medidas ou diligências, ficarão a cargo de um ministro do STJ, que será sorteado como relator do caso

Data da notícia: **04/10/2023**

Título: Inelegível, Bolsonaro deve ser julgado pelo TSE nas próximas semanas em nova ação

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/politica/inelegivel-bolsonaro-deve-ser-julgado-pelo-tse-nas-proximas-semanas-em-nova-acao/5/>

O ministro Benedito Gonçalves, corregedor do Tribunal Superior Eleitoral, encerrou nesta quarta-feira 4 a fase de instrução de duas ações que pedem a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por abuso de poder político e econômico. Os processos também miram o ex-candidato a vice-presidente Walter Braga Netto.

Os casos analisados pela Corte, apresentados pelo PDT e pela senadora e ex-presidenciável Soraya Thronicke (União), se referem a episódios ocorridos durante a comemoração do Bicentenário da Independência, em 7 de Setembro de 2022, em Brasília e no Rio de Janeiro.

Bolsonaro e Braga Netto são acusados de usar os eventos para “promoção abusiva e ilícita” das candidaturas. Durante a campanha, o TSE proibiu o então candidato à reeleição de utilizar as imagens gravadas nos atos em suas peças de propaganda.

As provas produzidas no curso do processo envolveram, entre outras, o depoimento dos governadores Cláudio Castro (Rio de Janeiro) e Ibaneis Rocha (Distrito Federal), além de detalhes sobre o dinheiro gasto nos eventos.

Ao encerrar a etapa de instrução, Gonçalves determinou:

- a juntada da transcrição dos depoimentos, a serem acessados somente pelas partes envolvidas e pelo Ministério Público Eleitoral;
- a intimação das partes, que devem apresentar alegações finais em até dois dias; e
- a intimação do MPE, que deve apresentar um parecer em até dois dias após o prazo das alegações finais

As ações pedem a inelegibilidade de Bolsonaro. Ainda que a impossibilidade de o ex-capitão se candidatar pelos próximos oito anos já tenha sido reconhecida pelo TSE, um eventual recurso não seria suficiente para torná-lo novamente elegível em caso de novas condenações.

Logo após as manifestações, o processo deve ser liberado para ir a julgamento. A definição da data cabe ao presidente do TSE, Alexandre de Moraes. A análise, portanto, pode começar nas próximas semanas.

Data da notícia: **05/10/2023**

Título: Conheça juristas negras que estão sendo cotadas para o STF

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/05/conheca-juristas-negras-que-estao-sendo-cotadas-para-o-stf>

A Coalizão Nacional de Mulheres é um movimento de mulheres que apoiam mulheres. Reunimos lideranças feministas progressistas de todo o país das mais diversas áreas, contemplando todos os aspectos de mulheridades. Existimos enquanto movimento, para oferecer um ambiente de fortalecimento, de encorajamento e apoio às mulheres que almejam ocupar espaços de poder e àquelas que já estão nesses espaços.

Com imensa alegria, reunimos na Coalizão seis grandes Juristas negras que estão sendo cotadas para suceder a Ministra Rosa Weber, no Supremo Tribunal Federal. Sabemos que elas não são as únicas cotadas e honramos a coragem de todas que estão colocando o seu nome à disposição

É importante dizer que elas foram apontadas por seus pares com base no valor de sua trajetória. Mediante esse convite para servir ao país na mais Alta Corte brasileira e impulsionadas por apelos advindos da sociedade, elas vêm ganhando as páginas de diversos jornais que as reconhecem como nomes viáveis para assumir a vaga. Todas possuem um currículo de extraordinária qualidade, que reúne os méritos esperados de um Jurista que esteja à altura de ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal Federal.

Manuellita Hermes é procuradora federal e Coordenadora-Geral de Assuntos Internacionais e Judiciais da Consultoria Jurídica do Ministério dos Direitos Humanos. Ela conta com a reconhecida admiração de seus colegas que sempre destacam a importância do trabalho que realizou como Secretária de Altos Estudos, do Supremo Tribunal Federal, cargo que ocupava quando ocorreram os fatídicos ataques à Corte em 08 de janeiro, deste ano. É autora e tradutora de obras Jurídicas. Destacamos o apoio público da UFBA, Faculdade de Direito da Bahia.

Mônica de Melo é defensora pública e pró-reitora de Cultura e Relações Comunitárias da PUC-SP. Em sua trajetória profissional, também como professora de Direito Constitucional, ela sempre se posicionou publicamente de forma firme em prol das pautas progressistas, buscando informar e construir um debate legítimo sobre temas que tocam a evolução da sociedade brasileira. Postura esta que lhe proporcionou o apoio de diversos seguimentos.

Destacamos o apoio público da AJD, Associação de Juízes pela Democracia.

Lucineia Rosa dos Santos é advogada e Conselheira da Fundação Padre Anchieta. Muito admirada por seus alunos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo por inspirá-los a lutar por um mundo menos desigual e mais justo, ela recebeu o apoio público do corpo de alunos da instituição que iniciaram uma campanha na mídia “#OndeEstãoMeusPares?”, veiculada pelo Centro Acadêmico 22 de Agosto, da PUC/SP, gestão Alvorecer. Destacamos o apoio público recebido pelo CEERT, Centro das Relações de Trabalho e Desigualdades.

Vera Lúcia Araújo Santana é advogada e foi duas vezes indicada pelo Supremo Tribunal Federal à lista tríplice para o compor o Tribunal Superior Eleitoral. Com uma história de luta pelos Direitos Humanos, ela reuniu uma ampla rede de apoio que deposita grande confiança na indicação de seu nome para compor o Supremo Tribunal Federal. Destacamos o apoio público da ABJD, Associação de Juristas pela Democracia.

Muitas qualificações e apoios mais haveriam a ser mencionados em relação a cada uma delas, mas a finalidade deste artigo é apenas repisar o nosso apoio às brilhantes Juristas Negras que nos honram com sua participação na Coalizão Nacional de Mulheres.

No dizer da filosofia ubuntu: “Eu sou porque nós somos”. Seguimos unidas pela indicação de uma Jurista Negra ao Supremo Tribunal Federal, uma luta que é coletiva.

Adriana Cruz é juíza federal e, em breve, secretária geral do Conselho Nacional de Justiça. Sempre muito discreta, ela não costuma dar entrevistas para jornais ou revistas sobre a questão envolvendo a indicação de seu nome ao STF. Mesmo assim, sem esforços de sua parte, seu nome já recebeu apoios públicos muito importantes, como o do Jurista Thiago Amparo, dentre outros.

Lívia Vaz é promotora de justiça da Bahia e autora de diversas obras jurídicas. Amplamente apoiada por artistas, instituições e movimentos sociais, ela possui uma trajetória profissional que a colocou dentre as 100 pessoas negras mais influentes do mundo, segundo o MIPAD (Most Influential People of African Descent). Destacamos o apoio público do movimento Mulheres Negras Decidem.

Data da notícia: **08/10/2023**

Título: Indígenas são feridos em ação policial após governo decretar fechamento de barragens em Santa Catarina

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/politica/indigenas-sao-feridos-em-acao-policial-apos-governo-decretar-fechamento-de-barragens-em-santa-catarina>

Pelo menos dois integrantes da terra indígena Terra Indígena Ibirama La Klano, localizada no município de José Boiteux, em Santa Catarina, ficaram feridos neste domingo 8, em um ação policial, após o governo decretar o fechamento de duas comportas Barragem Norte, localizadas na região.

O Corpo de Bombeiros confirmou que os indígenas foram atingidos por balas de borracha durante a ação e encaminhados ao hospital. O estado de saúde das vítimas não foi divulgado.

A medida foi anunciada no sábado 7 pelo governador Jorginho Mello (PL) sob o contexto das fortes chuvas que atingem o estado há uma semana e já deixaram ao menos dois mortos. O governador também afirmou o fechamento da quarta comporta de Ituporanga.

Alguns integrantes do povo Xokleng são contrários ao fechamento da maior estrutura de contenção de cheias do Vale do Itajaí porque isso provocaria a inundação do território e, conseqüentemente, o alagamento de residência nas aldeias mais baixas.

Em vídeo publicado nas redes sociais, o governador anunciou que a polícia militar iria ao local para fazer o fechamento da barragem. “Tem sempre aquelas demandas e negociações com os indígenas, eles pediram algumas solicitações, a gente vai atender, sem dúvida, mas a polícia militar está indo lá agora com uma equipe para que possa fazer o fechamento das duas barragens, simplesmente fechar, para reter um pouco mais de água”, anunciou.

“Nós estamos preocupados porque nunca choveu tanto nessa região”, emendou. “Tudo que nós tínhamos que fazer sobre barragem, proteção, já foi feito. Agora é o volume de chuvas. As pessoas precisam entender, com toda a dor no coração que a gente está falando isso, que tem que sair, tem que sair para preservar a vida”, completou Mello.

Uma decisão da Justiça Federal proferida no sábado, posterior ao anúncio do governo, autorizou agentes do estado a ingressarem no reservatório. O despacho permite à União a “utilização e auxílio de suas forças policiais” caso seja necessário para efetuar a operação das comportas.

A liminar também determinou que o governo estadual adote medidas necessárias para diminuir os impactos causados aos indígenas por conta do fechamento das comportas, com ações como fornecimento de barco para resgate de moradores que possam ficar isolados e distribuição de água e alimentos.

Em nota, o Conselho Indigenista Missionário acusa a polícia de entrar ilegalmente na terra indígena e perpetrar ela mesma o ataque contra indígenas do povo Xokleng. Questiona ainda a segurança atestada pelo governo com o fechamento das barragens.

“A Barragem Norte foi construída durante o governo militar sobre a terra Xokleng com o intuito de diminuir as enchentes do Rio Itajaí. Como ainda não foi construído o canal extravasor, com as comportas fechadas, a água poderá verter sobre a taipa da Barragem Norte, o que colocará em risco a sua própria estrutura. De acordo com o Secretário da Defesa Civil, não se sabe as condições da tubulação, e seria perigoso fechar as comportas sem garantia de conseguir abri-las novamente. O Secretário de Estado frisou o risco de a água verter e a situação sair do controle. Imagens recentes da Barragem com grande volume de água demonstram que a mesma vinha cumprindo o objetivo de reter água e controlar as enchentes do Rio Itajaí”, apontam, em um trecho do comunicado.

“Diante disso, perguntamos: o governo do estado de Santa Catarina possui laudo técnico que atesta a segurança na operação de fechamento de todas as comportas da Barragem Norte? A população catarinense que vive a jusante tem consciência dos riscos a que está sendo exposta com o fechamento das comportas da Barragem Norte?”, questionam, na sequência.

Também em nota, o ministério dos Povos Indígenas afirmou que acompanha a situação na terra indígena desde o sábado e garantiu que o governo não cumpriu com as contrapartidas determinadas. “Essas contrapartidas não foram cumpridas o que deixaria a terra indígena completamente desassistida, representando um risco de vida para o povo Xokleng, o que motivou os protestos que foram reprimidos pela polícia do estado, deixando dois indígenas feridos, de acordo com informações do sistema de saúde da região”, disse a pasta.

O Ministério informou ainda que mobilizou a Polícia Federal e a Funai para garantir a segurança da comunidade indígena e que representantes do ministério e da Advocacia Geral da União estão a caminho de José Boiteaux para acompanhar de perto os desdobramentos e garantir a resolução do conflito sem novos confrontos.

Governador comemora ‘sucesso’ da operação

Neste domingo 8, o governador Jorginho Mello comemorou o 'sucesso' da operação em suas redes sociais, sem mencionar o fato de indígenas terem sido feridos durante a ação da polícia militar.

“Concluimos há pouco o fechamento da segunda comporta da barragem de José Boiteux. Conseguimos executar com sucesso a operação. Essa importante ação vai reduzir o nível do Rio Itajaí Açu, em Blumenau, minimizando o impacto das cheias. Seguimos monitorando o volume de chuvas na região e em todo o Estado. A proteção das pessoas é a nossa PRIORIDADE!”, escreveu.

Segundo o comandante-geral da PMSC, coronel Aurélio José Pelozato da Rosa, a negociação para desocupação foi feita de forma pacífica. A situação, de acordo com ele, ocorreu com um grupo remanescente que teria atacado policiais.

Data da notícia: **09/10/2023**

Título: Delação de Mauro Cid descreve papel de Braga Netto na trama golpista

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/delacao-de-mauro-cid-descreve-papel-de-braga-netto-na-trama-golpista/>

Em delação à Polícia Federal, o ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid, afirmou que Walter Braga Netto, general e vice na chapa do ex-capitão na eleição do ano passado, seria o elo entre os golpistas acampados em frente ao quartel de Brasília e o Planalto.

O papel desempenhado pelo general foi descrito pelo jornal O Globo nesta segunda-feira 9. Ao jornal, Braga Netto disse desconhecer o teor da delação e optou por não comentar o caso. Ele havia sido convocado para um depoimento na CPMI do 8 de Janeiro, mas não será ouvido por decisão do presidente do colegiado, o deputado Arthur Maia (União).

Segundo disse Cid à PF, Braga Netto costumava atualizar Bolsonaro sobre o andamento das manifestações golpistas em frente ao quartel. Foi de lá que partiram os terroristas do 8 de Janeiro, em Brasília. O papel descrito pelo ajudante de ordens, diz o jornal, está sendo investigado pela PF.

A publicação desta segunda-feira lembra, ainda, que fotos publicadas pelo site Metrópolis mostram pessoas que estavam no acampamento de Brasília frequentado a casa onde funcionava o comitê de campanha de sua chapa com Bolsonaro. Braga Netto era quem dava expediente no local. As imagens, portanto, reforçariam a delação.

A declaração de Braga Netto a golpistas em 18 de novembro também pesa contra o general. Naquele dia, ele pediu que acampados não perdessem a fé na posse de Bolsonaro, mesmo diante da derrota nas urnas.

“Presidente está bem, está recebendo gente. Vocês não percam a fé, tá bom?! É só o que eu posso falar agora”, declarou Braga Netto naquela ocasião.

Ainda segundo o jornal, há registros de Braga Netto em ao menos quatro reuniões com Bolsonaro, o comando das Forças Armadas e outros ministros de confiança do ex-capitão, como Anderson Torres (Justiça) e Paulo Nogueira (Defesa).

Até aqui, importante registrar, Braga Netto tem negado ter participado dos encontros que supostamente teriam tratado da trama golpista delatada por Cid. Ele chegou a dizer que não participava das agendas para não constranger os comandantes, já que ele era um general da reserva. Os registros mantidos por Cid e obtidos pelo Globo, no entanto, jogam contra o ex-ministro.

Data da notícia: **10/10/2023**

Título: Comissão da Câmara aprova projeto que proíbe casamento homoafetivo; oposição estuda anular votação

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/10/comissao-da-camara-aprova-projeto-que-proibe-casamento-homoafetivo-oposicao-estuda-anular-votacao>

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara aprovou nesta terça-feira (10), por 12 votos a 5 o Projeto de Lei que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo. A base governista, porém, já anunciou que deve pedir a anulação da votação por entender que ela desrespeitou o regimento interno da Câmara e estuda como recorrer.

“Vamos recorrer para anular a sessão, na medida em que não foi concedido o prazo para análise do parecer”, afirmou a deputada federal Erika Kokay (PT-DF), uma das integrantes da comissão. Segundo ela, os parlamentares da base ainda estão estudando a melhor maneira de recorrer da votação no âmbito da própria Câmara, uma vez que o regimento interno da Casa prevê que seriam necessárias duas sessões para avaliar o parecer apresentado nesta terça pelo relator da proposta, deputado Pastor Eurico (PL-PE)

Caso siga tramitando, a proposta será encaminhada para as comissões de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) e de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial. Se aprovado nestes colegiados o texto segue para o Senado Federal

Liderado por parlamentares da bancada evangélica, o projeto vai na contramão de um entendimento que vem sendo adotado pela Justiça brasileira desde 2011, quando o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união entre pessoas do mesmo sexo. Apresentado em 2007, o projeto foi ressuscitado neste ano na esteira do crescimento da insatisfação de alas conservadoras do Congresso contra o protagonismo do Supremo Tribunal Federal em decidir sobre pautas consideradas progressistas, como a descriminalização das drogas e o aborto (este tema ainda em julgamento pela corte).

Após idas e vindas, o relator da proposta, deputado Pastor Eurico (PL-PE) argumentou que caberia ao Legislativo e não ao Judiciário decidir sobre o tema e, com isso, apresentou nesta tarde seu parecer final. A proposta mantém a vedação ao casamento de pessoas do mesmo sexo e determina que a Justiça interprete o casamento e a união estável de forma estrita, sem “extensões analógicas”. Ou seja, deixa claro que essas formas de união só poderiam ocorrer entre um homem e uma mulher.

Surpreendida com a estratégia da oposição, a base do governo tentou esvaziar a sessão do colegiado para que não houvesse quórum suficiente para a votação. Mas a comissão, formada em sua maioria por parlamentares conservadores, conseguiu votar a proposta. Como era uma votação simbólica, a ausência dos parlamentares governistas seria computada como se todos da comissão tivessem aprovado o texto e, por isso, os governistas acabaram voltando para votar e marcar posição. Segundo os deputados governistas, havia um acordo para que o assunto fosse discutido em um grupo de trabalho a ser criado na Câmara antes de a proposta ir a votação na comissão.

“O combinado era criar um grupo de trabalho para discutir o texto, buscando consenso. Mas a proposta voltou à pauta com uma nova versão, que sequer tivemos tempo de ler ou discutir. Violando o regimento, a oposição, com o apoio da presidência da Comissão, faz uma manobra para fazer a votação às pressas”, afirmou em suas redes sociais o deputado pastor

Henrique Vieira (PSOL-RJ), um dos integrantes da base do governo que participa da comissão.

Também membro da comissão, a deputada Erika Hilton (PSOL-SP) classificou o projeto como um “horror inconstitucional”. “Até os filhos de casais homoafetivos são atacados nesse relatório, que diz que crianças criadas por homossexuais ‘são privadas do valor pedagógico e socializador da complementariedade natural dos sexos no seio da família’”, afirmou a parlamentar em seu perfil oficial no X (antigo Twitter).

Para Erika Kokay, a proposta aprovada na comissão tem poucas chances de ser aprovada nas demais comissões. “Esse projeto não tem folego para se transformar em lei, ele atenta contra direitos e garantias individuais, que são cláusulas pétreas da Constituição”, afirma a deputada, para quem a proposta foi retomada para servir de palanque para a bancada evangélica sinalizar para sua base.

“Essa proposta se tornou palanque macabro para os fundamentalistas que não tem como justificar seus mandatos e projetos para o conjunto da sociedade. Eles criam este palanque para dialogar com eleitorado fundamentalista”, segue a petista.

Judiciário autoriza casamento

Sem estar previsto expressamente em uma lei, o casamento homoafetivo é reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal desde 2011. Na ocasião, a corte, de forma unânime, equiparou as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre homens e mulheres, reconhecendo, assim, a união homoafetiva como um núcleo familiar. “O sexo das pessoas, salvo disposição contrária, não se presta para desigualação jurídica”, afirmou o então ministro do STF e relator do caso, Ayres Britto.

Além disso, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça editou uma resolução impedindo cartórios de todo o país de se recusarem a transformar união estável de casais do mesmo sexo em casamento, ou mesmo de celebrar esse tipo de união, o que era comum ocorrer antes da decisão do STF de 2011.

O PL aprovado na Comissão nesta tarde, por sua vez, determina também que o Estado e a legislação civil não poderão interferir nos critérios e requisitos do casamento religioso. “A relação homossexual não proporciona à sociedade a eficácia especial da procriação, que justifica a regulamentação na forma de casamento e a sua consequente proteção especial pelo Estado”, disse o relator da proposta. “Tentar estender o regime de casamento aos homossexuais é uma tentativa vã de mudar a realidade através de leis”, seguiu o Pastor Eurico.

Data da notícia: **11/10/2023**

Título: Caso Marielle: Justiça ouve testemunhas sobre envolvimento de Maxwell

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/caso-marielle-justica-ouve-testemunhas-sobre-envolvimento-de-maxwell>

O Juiz da 4ª Vara Criminal do Rio de Janeiro realizou, nesta quarta-feira (10), a primeira audiência de instrução no processo em que o ex-bombeiro Maxwell Simões Correa foi acusado de envolvimento na morte da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Além de Maxwell, são suspeitos do crime os ex-PMs Ronnie Lessa e Élcio Queiroz, que estão presos.

O envolvimento do ex-bombeiro surgiu na delação premiada de Élcio Queiroz. Maxwell teve a prisão preventiva decretada pelo juiz Gustavo Kalil, com base nas provas apresentadas pelo Ministério Público que apontaram a sua ligação direta, antes, durante e depois dos assassinatos. Maxwell está em um presídio federal em Brasília e participou da audiência de forma remota.

Do presídio em Brasília, Élcio Queiroz prestou o seu depoimento, fazendo um relato de toda a dinâmica do assassinato e das providências que tomaram para se livrarem do carro Cobalt e de qualquer outro vestígio incriminador pelo duplo homicídio.

Queiroz contou que no dia do crime, em 14 de março de 2018, foi convidado por Ronnie Lessa para dirigir um carro e que os dois se encontraram no condomínio do ex-PM, na Barra da Tijuca. Élcio alegou não saber que participaria dos assassinatos. Na sua opinião, Ronnie o convidou por falta de confiança em Maxwell para ser o motorista.

Segundo o depoimento, ele e Ronnie foram se encontrar com Maxwell, a quem entregaram os celulares para não serem rastreados e de quem receberam o Cobalt. Em seguida, foram para a Lapa, onde ficaram aguardando a vereadora Marielle Franco sair de uma reunião na Casa das Pretas. O crime ocorreu no Estácio, onde os criminosos emparelharam com o carro de Marielle. Com rajadas de metralhadora, Ronnie Lessa atingiu Marielle e Anderson, segundo Élcio Queiroz.

A assessora de imprensa da ex-vereadora Fernanda Gonçalves Chaves estava a bordo do carro da vereadora, mas não foi atingida pelos disparos.

De acordo com o depoimento, os criminosos abandonaram o carro na porta da casa da mãe de Ronnie Lessa e foram se encontrar com Maxwell em um bar na Barra da Tijuca.

Segundo o depoente, no dia seguinte ao crime, os três passaram a elaborar uma forma de se livrar do carro. Primeiro, trocaram as placas que foram picadas e os pedaços jogados na linha férrea em Quintino, na zona norte do Rio. O carro foi entregue a um mecânico de Rocha Miranda, conhecido pelo apelido de Orelha, com a recomendação de ser desmanchado.

Conforme Queiroz, ao desconfiar que seria preso, pediu a Ronnie Lessa que mantivesse financeiramente a sua família. Ronnie prometeu que esse sustento viria de Maxwell. No primeiro mês, Maxwell cumpriu o prometido, mas depois o dinheiro foi minguando até ser suspenso por completo.

Testemunhas de acusação.

A audiência reuniu os depoimentos das testemunhas de acusação. Começou com a viúva de Marielle, Mônica Benício, que disse desconhecer se a companheira recebia ameaças por sua atuação na política.

Ágatha Reis, mulher de Anderson, contou que seu trabalhava há dois meses com a então vereadora e nunca comentou haver preocupação com a segurança.

Fernanda Gonçalves foi a terceira depoente e fez um relato da convivência que mantinha no dia a dia com a parlamentar. Ambas moravam próximas na Tijuca e, às vezes, iam e voltavam juntas do trabalho. No dia do crime, ela estava sentada ao lado de Marielle no banco traseiro do veículo. Fernanda ouviu a rajada de metralhadora e foi atingida por estilhaços de vidro no rosto, mas não viu de onde havia partido. Ao perceber que Marielle e Anderson tinham sido atingidos, saiu do carro e foi socorrida por pedestres.

A assessora de imprensa disse que a vereadora jamais mencionou ameaças ou se mostrou preocupada com a sua segurança.

Data da notícia: **12/10/2023**

Título: Trabalhadores são resgatados em condições análogas à escravidão em fazenda vizinha à Terra Indígena no Xingu

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/12/trabalhadores-sao-resgatados-em-condicoes-analogas-a-escravidao-em-fazenda-vizinha-a-terra-indigena-no-xingu>

Na última quarta-feira (11), a Polícia Federal e o Ministério do Trabalho e Emprego encontraram e resgataram dois trabalhadores em condições análogas à escravidão na Fazenda Primavera, que faz fronteira com a Terra Indígena (TI) Apyterewa, em São Félix do Xingu, no Pará.

A fazenda pertence ao vice-prefeito de Tucumã (PA), Wanderley Dias Vieira (PSD), que não estava no local no momento da operação. A Polícia Federal abriu um inquérito para investigar o caso e os auditores do Ministério do Trabalho notificaram o político, que deverá apresentar uma série de documentos à pasta.

Além da Fazenda Primavera, Vieira é sócio majoritário do Hospital e Maternidade Santo Agostinho, que fica em Tucumã e também tem pendências em aberto com a União. Ela tem uma dívida tributária de R\$ 377 mil, sendo, R\$ 294 mil em débitos previdenciários, com os trabalhadores que prestam serviço à empresa.

Ao Tribunal Superior Eleitoral, Vieira declarou possuir R\$ 1,1 milhão em patrimônio. Além de 50% de cotas do Hospital e Maternidade Santo Agostinho, o vice-preito de Tucumã indicou a posse de uma área de terra, sem especificar se é a Fazenda Primavera, aparelhos hospitalares e uma conta poupança com R\$ 146 mil.

Na mesma operação, a Polícia Federal prendeu um homem de 32 anos, que teve apenas as iniciais E.N.L. divulgadas. A PF disse que o detido tem seis mandados de prisão em aberto, todos expedidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) por roubo. Há um ano, o homem trabalhava na Fazenda Primavera como vaqueiro e tratorista.

A reportagem do Brasil de Fato entrou em contato com Vieira e o espaço estará aberto caso ele decida se manifestar.

Desintrusão

Desde 2 de outubro deste ano, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), em conjunto com o Ministério da Justiça, Ministério da Defesa, Ministério do Desenvolvimento

Agrário e Incra, trabalha na Operação de Desintrusão das Terras Indígenas Apyterewa e Trincheira Bacajá, homologadas em 2007 e 1996.

A operação consiste em retirar dos territórios todas as pessoas não indígenas, para que as terras sejam devolvidas integralmente aos povos originários. Até o momento, a desintrusão tem sido pacífica e sem reação dos invasores.

O território habitado pelo povo Parakanã foi a TI mais desmatada do Brasil durante os anos do governo Jair Bolsonaro (PL), conforme dados de satélite do Imazon.

Data da notícia: **13/10/2023**

Título: Operação contra o crime organizado no Complexo da Maré entra no 4º dia

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/operacao-contra-o-crime-organizado-no-complexo-da-mare-entra-no-4o-dia>

A Polícia Militar (PM) realiza desde as primeiras horas da manhã desta sexta-feira 13, pelo quarto dia nesta semana, uma operação contra o tráfico de drogas nas comunidades da Vila dos Pinheiros e Salsa, que integram o Complexo da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro. A ação objetiva também a apreensão de armas pesadas em poder do crime organizado.

A operação está a cargo do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope). Os militares cercam os principais acessos das comunidades. Estão sendo usados carros blindados de transporte da tropa e retroescavadeiras para retirar as barricadas para evitar a entrada das viaturas policiais.

Outra equipe do Bope está na comunidade da Chacrinha, na Praça Seca, na zona oeste da cidade. Na chegada dos policiais, ocorreu o confronto e um suspeito acabou ferido. Ele foi encaminhado pelo Bope ao Hospital Estadual Carlos Chagas, no bairro de Marechal Hermes. Um fuzil automático 5.56, foi apreendido.

Apreensões

Desde o início do ano, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro já apreendeu 4.702 armas entre eles, 397 fuzis, consideradas armas de guerra.

Data da notícia: **15/10/2023**

Título: Em mensagem a professores, Lula diz que luta para consertar estragos de Bolsonaro na Educação

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/em-mensagem-a-professores-lula-diz-que-luta-para-consertar-estragos-de-bolsonaro-na-educacao/>

O presidente Lula (PT) publicou, na manhã deste domingo 15, uma mensagem de dia dos professores em que diz que sua gestão ainda luta para consertar estragos causados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na Educação e pela pandemia. O texto foi postado nos perfis oficiais do petista.

“No dia deles, queremos lembrar da importância de valorizarmos o ensino e os profissionais da educação. Estamos recuperando o orçamento da área. Já reajustamos o repasse para alimentação escolar e as bolsas de pesquisa, e estamos lutando com união para consertar o estrago feito nos últimos anos pelo governo anterior e pela pandemia”, destaca Lula em um trecho da mensagem.

O texto destinado a professores também lista outras duas medidas adotadas pelo governo federal na Educação e finaliza com um reforço do ‘compromisso’ com a categoria.

“Vamos ampliar a educação de tempo integral e retomar as oportunidades de acesso ao ensino superior. Nesse Dia dos Professores, meu carinho e compromisso com essa categoria tão fundamental para nosso país”.

Ministro da Educação fala em políticas de valorização

Camilo Santana, ministro da Educação, afirmou, em publicação em alusão à data, que sua gestão trabalha para desenvolver políticas de valorização para a categoria. No vídeo, ele reconhece enfrentar ‘disparidades’ nas discussões sobre ‘os fatores que impactam a qualidade da educação’.

“Quando nos debruçamos sobre os estudos que buscam compreender os fatores que impactam a qualidade da educação, encontramos muitas disparidades. Mas num ponto todos

convergem: um bom professor impacta positivamente todos os indicadores”, diz Santana no trecho principal da gravação.

Mais adiante, ele diz que seu ‘desafio’, e ‘principal objetivo’, tem sido criar “condições e políticas que permitam o professor as melhores condições de trabalho”.

Data da notícia: **17/10/2023**

Título: TSE retoma julgamento contra Bolsonaro por abuso de poder político nesta terça-feira (17)

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/17/tse-retoma-julgamento-contrabolsonaro-por-abuso-de-poder-politico-nesta-terca-feira-17>

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) retoma, nesta terça-feira (17), às 19h, o julgamento de três Ações de Investigação Judicial Eleitoral (Aijes) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seu candidato a vice nas eleições de 2022, Walter Souza Braga Netto. Ambos são acusados de abuso do poder político e uso indevido dos meios de comunicação praticados durante a campanha eleitoral do ano passado.

No último dia 10, os ministros começaram a analisar as ações, mas não chegaram a declarar seus votos. O corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Benedito Gonçalves, fez a apresentação do relatório. Em seguida, a defesa de Bolsonaro e Braga Netto, a acusação e os advogados dos partidos que protocolaram as ações apresentaram seus respectivos argumentos. Por último, o procurador-geral eleitoral, Paulo Gustavo Gonet Branco, se manifestou pela improcedência das três ações.

Agora, o julgamento será retomado com o voto do relator. Na sequência, votam os ministros Raul Araújo, Floriano de Azevedo Marques, Ramos Tavares, Cármen Lúcia, Nunes Marques e, por último, o presidente do TSE, Alexandre de Moraes.

Duas Aijes foram protocoladas pelo PDT. As ações apontam para “desvio de finalidade, em proveito de candidaturas, de lives tradicionalmente realizadas por Jair Bolsonaro nas dependências dos Palácios da Alvorada e do Planalto, bens públicos destinados ao uso do presidente da República”.

Na condição de chefe do Executivo e candidato à reeleição, Bolsonaro realizou transmissões ao vivo, toda quinta-feira, nas dependências dos palácios do Planalto ou Alvorada. Em setembro, Bolsonaro “antecipou a live e anunciou que passaria a tentar realizá-las diariamente, dedicando ao menos metade do tempo para promover candidaturas por ele apoiadas”, escreveu o corregedor-geral da Justiça Eleitoral, Benedito Gonçalves, em sua decisão de admissibilidade da ação.

“A finalidade da live – que originariamente ostenta o escopo de publicizar os atos desse governo – foi desvirtuada para veicular pedido de votos para o primeiro investigado e para os seus aliados políticos, o que denota a utilização da estrutura da Administração Pública para satisfazer finalidades eleitorais, em uma clara ocorrência de abuso de poder político que promove odiosos acintes ao princípio da paridade de armas”, defendeu o partido.

Outra Aije foi ajuizada contra Bolsonaro pela Coligação Brasil da Esperança – formada pelos partidos PT, PCdoB e PV – por atos de campanha nas dependências dos palácios do Planalto e da Alvorada.

As siglas alegam que o ex-presidente, “ao utilizar os palácios como ‘palco de encontro’ com governadores, deputados federais e celebridades, valeu-se ‘de todo o aparato mobiliário do prédio público, bem como sua condição de atual presidente da República para trazer publicidade aos seus apoios’, desvirtuando, assim, a finalidade daqueles bens, com o objetivo de alavancar sua candidatura”, escreveu o corregedor-geral da Justiça Eleitoral, Benedito Gonçalves, em sua decisão de admissibilidade da ação.

“A gravidade decorreria do intenso desvirtuamento das prerrogativas do chefe do Executivo com a finalidade de projetar seu nome na disputa do segundo turno por meio da utilização do aparato estatal, o que lhe conferiria vantagem ilícita, causando prejuízos à normalidade do pleito e violando o princípio da isonomia entre os candidatos”, disse Gonçalves.

Em 30 de junho, o TSE formou maioria para tornar Bolsonaro inelegível por oito anos. O ex-presidente foi acusado de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação também pelo PDT por utilizar o aparato público para favorecer a si mesmo no processo eleitoral do ano passado.

Em caso de condenação no julgamento atual, novas declarações de inelegibilidade contra Bolsonaro podem ser estipuladas, podendo haver mudança quanto ao período de tempo durante o qual o ex-presidente está impedido de concorrer a eleições para cargos políticos.

Data da notícia: **17/10/2023**

Título: Prefeitura de SP investe menos de 20% do valor orçado para prevenção em áreas de risco

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/politica/prefeitura-de-sp-investe-menos-de-20-do-valor-ordado-para-prevencao-em-areas-de-risco>

A Prefeitura de São Paulo empenhou neste ano menos de 20% do orçamento previsto para obras e serviços preventivos em áreas de risco geológico, como deslizamentos de terra. Os dados fornecidos pela própria Secretaria da Fazenda da gestão de Ricardo Nunes (MDB) contrariam as diretrizes do Plano de Ação Climática do município.

Até meados de outubro, do total de R\$ 72 milhões orçados para realizar ações de prevenção em áreas de risco geológico em 2023, R\$ 59,8 milhões estavam parados nos cofres municipais. Apenas R\$ 12,1 milhões (16,9%) tinham sido empenhados, ou seja, reservados pela Prefeitura para serem gastos para este fim.

O orçamento para a ação é distribuído entre a Secretaria Municipal de Subprefeituras, as Subprefeituras de Jabaquara, Cidade Ademar e Casa Verde/Cachoeirinha e recebe recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano e do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura.

De acordo com o Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo, as áreas de risco geológico representam 1,2% da área total do município, o que corresponde a cerca de 1.600 campos de futebol ou quase 12 Parques do Ibirapuera, e são definidas como regiões “sujeitas a escorregamentos e solapamentos de margens de rios e córregos, processos em sua maioria induzidos pela ação humana”.

Mais de 674 mil paulistanos estão expostos a deslizamentos, inundações e enxurradas, segundo análise do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos dados do Censo de 2010.

s gastos da gestão municipal nessas áreas de risco têm sido mais de resposta a emergências do que de prevenção. Obras de caráter emergencial tiveram R\$ 83,4 milhões empenhados – 99% do orçamento previsto para a ação – ou quase sete vezes o empenho com prevenção.

Segundo a Prefeitura, as obras emergenciais são contratadas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras “exclusivamente nos casos onde há risco iminente para a vida dos munícipes, ou para a estabilidade de estruturas”.

A prioridade nas obras de emergência contraria as diretrizes do Plano de Ação Climática da Prefeitura. Segundo estabelecido no PlanClima, “o investimento na prevenção de desastres, mais do que na resposta a eles, é a opção recomendada, pois evita danos à vida ou aos bens materiais”.

“Os gastos com emergência podem custar muito mais caro do que a prevenção. É só pensar no caso de uma queda de árvore, a poda regular compensa muito mais do que deixar a árvore cair e causar uma série de estragos”, explica Regina Alvalá, coordenadora de relações institucionais do Cemaden, instituto que tem observado de perto na última década o aumento dos desastres climáticos no Brasil. Nesse contexto, ações que visem a prevenção podem fazer a diferença no tamanho dos danos e na quantidade de vítimas.

“Investimento em prevenção será sempre insuficiente”

Até 2022, o orçamento municipal não diferenciava os investimentos nas categorias de ações preventivas e emergenciais, ficando tudo contido na rubrica de obras em áreas de risco geológico. E o valor total para essas ações teve uma redução de 28% entre 2022 e 2023, de acordo com os dados da Secretaria Municipal da Fazenda. Passaram de R\$ 217,8 milhões no ano passado para R\$ 155 milhões no exercício atual, somando as duas categorias.

A comunicação que vem sendo feita pela Prefeitura, porém, indica gastos mais vultosos com prevenção de riscos causados por chuvas em 2023. Uma reportagem veiculada em março pela Secretaria Especial de Comunicação destacava que estava prevista a execução de R\$ 1,5 bilhão. A Agência Pública procurou a Prefeitura para entender o valor e obteve como resposta uma listagem dos projetos que vão além das obras em áreas de risco. Compõem a lista ações de intervenção e manutenção de sistemas de drenagem e de operação de sistemas de monitoramento e alerta de enchentes. Também foi incluído um projeto para obras de combate a enchentes e alagamentos, com orçamento atualizado de R\$ 1.000.

O orçamento para esse conjunto de ações foi atualizado para R\$ 2,6 bilhões, mas cerca de um terço (R\$ 739 milhões) ainda não foram empenhados.

Para Paulo Pellegrino, professor do Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e que trabalha na área de planejamento com sustentabilidade e infraestrutura verde, o aporte de verbas para prevenção não consegue compensar o impacto causado por outras obras que, segundo ele, agravam os problemas da cidade. “O investimento em prevenção será sempre insuficiente se nós não conseguirmos fazer com que os novos projetos de desenvolvimento urbano tenham um desenho mais amigável com o solo, a vegetação e as águas”, afirma.

De acordo com o arquiteto, a cidade de São Paulo passa por um processo de “desidratação de sua paisagem”, que oferece riscos à população. “Quando se impermeabiliza as encostas e as bacias hidrográficas para a construção de edificações e pavimentação de ruas, criando toda essa superfície dura que impede a água [da chuva] de ser absorvida no lugar onde ela cai, isso gera um excesso de água que aumenta muito rapidamente a concentração nos pontos mais baixos, favorecendo as enchentes. Nós continuamos tocando a cidade como se ela fosse a mesma de cem anos atrás, sem a adaptação necessária para receber os eventos extremos de clima que estão previstos” explica.

“A substituição de áreas verdes por concreto faz com que a energia solar não seja usada para a fotossíntese, e sim para aumentar a temperatura. E são as ilhas de calor combinadas com o ar úmido do oceano que causam as tempestades mais fortes na cidade”, complementa Augusto Pereira, meteorologista e professor do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) da USP.

De acordo com o meteorologista, os investimentos em prevenção já deveriam ter sido feitos antes das chuvas começarem. O período de seca (mais intenso entre maio e agosto), frisa, é o ideal para realizar ações em áreas de risco, antecipando os possíveis danos causados pela chuva e evitando a interferência nas obras.

O que diz a Prefeitura de São Paulo

Até julho, o responsável pela Secretaria de Mudanças Climáticas da Prefeitura era Antônio Pinheiro Pedro, que renunciou após vir à tona uma declaração sua contradizendo o consenso científico sobre o tema. Ele minimizou a necessidade de ações humanas a necessidade de ações humanas para combater as emissões de gases de efeito estufa ao dizer que o “o planeta se salva sozinho” do aquecimento global.

Seu sucessor, o ex-vereador e ambientalista Gilberto Natalini, concedeu entrevista à Pública um pouco antes de ser convidado a assumir o cargo, e criticou a administração das políticas de prevenção e combate às mudanças climáticas pelos últimos prefeitos de São Paulo.

Para ele, nas últimas três gestões municipais – de Fernando Haddad, João Doria e Bruno Covas/Ricardo Nunes –, “não era prioridade dos prefeitos fazer políticas públicas sérias na questão da prevenção e do combate às mudanças climáticas”. Natalini faz menção a conselhos, leis e programas municipais existentes no papel que poderiam ter uma atuação muito mais intensa, como o Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia, que teve sua última reunião ordinária em 2021.

Ele disse ainda que a prevenção de desastres climáticos envolve a própria urbanização da cidade e listou ações que poderiam ser empregadas pela Prefeitura para utilizar o dinheiro público parado nos cofres, como implementação de calçadas permeáveis, aumento de áreas verdes e renovação de galerias de drenagem – todas com o objetivo de aumentar a absorção de água no solo e evitar alagamentos nas regiões mais baixas.

A reportagem voltou a procurá-lo após Natalini assumir a Secretaria de Mudanças Climáticas, mas ele não quis mais se pronunciar.

Em resposta a pedido de posicionamento, a Secretaria de Comunicação da Prefeitura afirmou que o Programa Municipal de Redução de Riscos (PMRR) está em andamento e é formado por um grupo de trabalho intersecretarial. Segundo a nota, os primeiros projetos começarão a ser entregues em outubro, o que permitirá a licitação das obras.

“O PMRR é elaborado com objetivo de conduzir, de forma unificada, o gerenciamento, monitoramento e intervenções nas áreas de risco no município de São Paulo. O programa abrange projetos para 100 áreas consideradas prioritárias, planos e procedimentos, bem como a criação de um banco de dados que irá compilar dados e informações que servirão de indicadores para definição de estratégias para lidar com a gestão de riscos no município, atendendo ao disposto no artigo 300 do Plano Diretor Estratégico.”

Em relação às obras preventivas, a Secretaria Municipal das Subprefeituras informou que estão reservados recursos para canalização de córrego, que se encontra em fase de licitação. E disse que dos recursos empenhados, foi liquidado 65% do montante, equivalente a R\$ 4,8 milhões.

Data da notícia: **17/10/2023**

Título: MST no RS se mobiliza por medidas concretas pela reforma agrária e combate à fome

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/17/mst-no-rs-se-mobiliza-por-medidas-concretas-pela-reforma-agraria-e-combate-a-fome>

A chuva que caiu na capital gaúcha não impediu que famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra RS (MST) se mobilizassem nesta segunda-feira (16), Dia Mundial da Alimentação, em frente às sedes da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Porto Alegre. A ação faz parte da Jornada Nacional "Por terra e comida de verdade para o povo", que acontece em todas as capitais. O intuito é pautar o governo Lula a avançar nas políticas de implementação da reforma agrária.

Com faixas, cartazes e acompanhados do grupo de percussão Lona Preta da Juventude do movimento, cerca de 300 pessoas passaram o dia na sede do Incra, onde a direção estadual do MST se reuniu com o superintendente Nelson Grasselli e integrantes de sua equipe.

Na Conab, a atividade contou com a participação de agricultores assentados, cooperativas e representantes das cozinhas comunitárias, do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores Por Direitos (MTD), Levante da Juventude e entidades que atendem famílias de baixa renda para apresentar a pauta. Foi realizada uma plenária popular em frente à Superintendência da Conab, com a presença da superintendente Luzia Teixeira.

Ao todo, a mobilização contou com 600 participantes.

A jornada "Por terra e comida de verdade para o povo" do MST acontece no dia em que o governo federal anuncia novos recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), gerido pela Conab.

A data, além do Dia Mundial da Alimentação, marca os 20 anos do programa, que foi relançado em março pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A expectativa é que a Conab assine contratos com cinco organizações da agricultura familiar, beneficiando 94 famílias fornecedoras.

A jornada pretende cobrar do governo federal a necessidade de medidas concretas e efetivas para superar a fome. "O presidente Lula disse, em sua posse, que sua prioridade número 1 seria combater a miséria. Entendemos que tal combate passa, necessariamente, por uma

política de Reforma Agrária efetiva e concreta, com um orçamento correspondente à importância desta política", defende o movimento.

RS não teve nenhuma desapropriação para a reforma agrária

Integrante da direção nacional do MST no RS, Maurício Roman, explicou que o movimento se reuniu na superintendência do Incra. Entre as pautas, estava a aquisição de áreas de terra. "A gente vem dialogando com o governo já há cinco, seis audiências e até o momento não sinalizou nenhuma desapropriação de área de terra aqui no Rio Grande do Sul para a reforma agrária."

De acordo com Roman, a entidade alegou que há problemas na insuficiência orçamentária tanto para a gestão – seja da assistência técnica, seja para a aquisição de terra – como para que o próprio Incra tome as iniciativas necessárias para desapropriação. De acordo com ele, o Incra necessita de mais orçamento.

"Até agora o governo federal não sinalizou com recursos para esse fim, principalmente aqui no Rio Grande do Sul. Estamos numa jornada de luta em nível nacional. Hoje é o Dia Nacional da Alimentação, o governo escolheu essa data para fazer a devolução da pauta ao Movimento Sem Terra e aos movimentos que lutam pela questão da alimentação do campo e da cidade."

Projetos para cozinhas comunitárias

O agricultor agroecológico Marcelo Moraes, que organiza o processo de produção para o PAA junto à cooperativa 7 de Julho e à Cootap, relata que na reunião na Conab foram pautados diversos pontos. "A sensibilização da Conab com relação à necessidade de melhorar o regimento e o processo burocrático do PAA foi bastante enfatizado. Avaliamos que tivemos algumas conquistas. Primeiro, das cooperativas do MST que vão assinar nesses próximos dias cinco projetos que vão atender as cozinhas comunitárias em Porto Alegre e Pelotas."

De acordo com Luzia, nesse projeto serão entregues carnes suínas e bovina e hortaliças diversas. "Eles serão entregues em pontos acordados entre as cooperativas e as entidades beneficiárias e lá eles fazem a distribuição", explicou a superintendente. Ainda segundo informou está previsto um orçamento suplementar para atender as cozinhas comunitárias, mas ainda não está definida a forma de execução do crédito.

De acordo com Marcelo, a Conab fez uma chamada para a compra de leite em pó, na qual algumas cooperativas do estado estão habilitadas para entregar os produtos. A previsão é

que na próxima semana seja feita a assinatura desses contratos. De acordo com ele parte dos contratos do leite em pó atenderão as cozinhas comunitárias no estado.

Além disso, relata o agricultor, foi dito no encontro que a Conab abriu uma nova modalidade de compra do PAA relacionado a Cozinhas Comunitárias, o PAA Cozinhas Comunitárias, que vai funcionar na mesma modalidade do PAA, porém com um crédito a mais por agricultor.

Esse projeto envolverá 80 famílias assentadas. Será destinado um valor por cooperativa de R\$ 1,5 milhão. Este valor é a soma de 100 agricultores que receberão ao longo de 12 meses R\$ 15 mil. As cozinhas recebem os alimentos via cooperativa. Em Porto Alegre envolverá 50 cozinhas que poderão destinar 38 mil refeições ao mês.

Serão envolvidas nesta modalidade, 18 cooperativas do MST/RS e ao todo 85 cozinhas abrangendo Pelotas, região metropolitana, Palmeira das Missões, Passo Fundo, entre outras regiões.

Finalizando o ato na Conab, foi assinado o primeiro contrato do PAA no Rio Grande do Sul, com a cooperativa 7 de Julho, de assentados da reforma agrária. Nesse contrato está previsto atender quatro entidades, três de Porto Alegre e uma de Nova Santa Rita. "Nesse projeto estão inclusos vários produtos de hortifruti. A gente optou por isso porque a demanda dos agricultores de comercialização é sobre esses itens. A proposta foi construída em conjunto com as cozinhas comunitárias que para o próximo projeto PAA a gente vai atender a demanda de produtos industrializados."

"Sabemos que é muito importante que esses alimentos cheguem à população. No próximo dia 19, durante 8º Conferência Estadual de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do RS, está prevista a assinatura de mais nove contratos de vários municípios do estado", afirmou Luzia.

Movimento permanecerá no Incra

"Essa é uma pauta que está se iniciando, não é uma história que se encerra hoje", destacou Maurício. Cerca de 100 acampados do estado vão passar a noite no Incra para aguardar o retorno de Brasília quanto a desapropriação de áreas para assentamento.

Sobre a questão envolvendo a desapropriação da terra, o MST informa que uma das áreas que o movimento aguarda decreto que é a área da Facula em Cruz Alta, área que tem 12 famílias. "Foi colocado pelo superintendente que houve uma oferta de uma área de 1.294 hectares. Eles vão vistoriar o local e farão uma proposta de compra nos próximos dias. Em relação a área de Vitória das Missões que é uma área da Cesar que tem sete famílias

assentadas será feita uma vistoria na próxima semana também para fazer uma oferta de compra. Além disso, tem uma área da Conab, em Vacaria, em que estará sendo feito um desmembramento, porque existe uma causa trabalhista e terá que ser feito desmembramento de 100 hectares e o restante da área será feita uma negociação com o Incra. O Incra também está fazendo avaliação de áreas. Já teve três audiências com bancos, uma vez que são áreas com dívidas com o Banco do Brasil que poderão ser assentamentos".

Data da notícia: **18/10/2023**

Título: Relatório da CPMI do 8 de Janeiro é aprovado sob gritos de 'sem anistia'

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/18/relatorio-da-cpmi-do-8-de-janeiro-e-aprovado-sob-gritos-de-sem-anistia>

O relatório final da senadora Eliziane Gama (PSD-MA) na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os atos golpistas foi aprovado por 20 votos a 11 nesta quarta-feira (18), sob pressão da oposição para obstruir a votação. Uma das sugestões de indiciamento ao Ministério Público e à Polícia Federal trazidas no documento é do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Congressistas da base governistas destacaram que não deve haver anistia aos responsáveis pelos crimes do 8 de janeiro.

"Extrema direita é o elogio deliberado à barbárie, aposta na violência e no caos. Em memória de Frei Tito, em memória à Marielle e em homenagem à Dilma Rousseff, sem anistia para golpistas. Em defesa da democracia, me sinto fazendo parte da história do meu país", afirmou o deputado federal Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ) ao declarar apoio ao relatório da comissão.

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) também enfatizou o pedido para não haver anistia. "Neste momento, neste novo contexto, com um governo democrático e popular no poder, neste momento que temos uma outra PGR [Procuradoria-Geral da República], neste momento em que as investigações se seguem, nós não podemos dar anistia para golpista", afirmou.

"Eu penso que esse é o momento de a gente lutar contra qualquer tipo de anistia e perdão para quem cometeu crime contra a vida, crime de exclusão, para quem invadiu os três Poderes e para quem golpeou a democracia. Essa CPI dá uma imensa contribuição histórica."

O deputado Rafael Brito (MDB-AL) disse que tem "esperanças" de não haja anistia, como houve aos militares responsáveis pela ditadura militar de 1964. "Não deve haver anistia dos que tramam contra a nossa nação e contra o nosso povo. Foi preciso muita solidez para que a nossa democracia não rompesse. Muito se falou que essa trama que aqui investigamos era comandada por trapalhões. Mas não podemos e não vamos minimizar o teor criminoso dos atos", disse o congressista alagoano.

"Esses trapalhões sem sucesso eram membros do alto escalão do antigo governo: militares, chefes de forças armadas, policiais, generais, coronéis, tenentes-coronéis, almirantes, ministro da Justiça, chefe da Ajudância de Ordem da Presidência da República, diretor da PRF. Isso é grave. Cada uma dessas pessoas deve ser responsabilizada por suas ações e omissões criminosas", concluiu.

A relatora disse que o ex-presidente foi o mentor dos atos de vandalismo do dia 8. "Visto como figura 'mítica' por seus apoiadores, Jair Bolsonaro se utilizou como pôde do aparato estatal para atingir seu objetivo maior: cupinizar as instituições republicanas brasileiras até a seu total esfacelamento, de modo a se manter no poder, de forma perene e autoritária."

Ao longo das 1.333 páginas, que reúne quase cinco meses de trabalho, Eliziane Gam criticou principalmente forças de segurança, incluindo policiais e militares. Da lista com 61 nomes com sugestão de indiciamento ao Ministério Público e à Polícia Federal, 30 são militares. Desses, sete são da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e os outros, das Forças Armadas.

A senadora atribui a policiais e militares principalmente os crimes de associação criminosa, violência política, abolição violenta do Estado democrático de direito e golpe de Estado. Em suas palavras, o 8 de janeiro é "resultado da omissão do Exército em desmobilizar acampamentos ilegais que reivindicavam intervenção militar; da ambiguidade das manifestações e notas oficiais das Forças Armadas, que terminavam por encorajar os manifestantes, ao se recusarem a condenar explicitamente os atos que atentavam contra o Estado Democrático de Direito; e de ameaças veladas à independência dos poderes".

Entre os indiciados, estão:

Silvinei Vasques: ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF);

Anderson Torres: ex-ministro da Justiça e Segurança Pública no governo Bolsonaro e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal

Marília Ferreira de Alencar: ex-diretora de inteligência do Ministério da Justiça e ex-subsecretária de inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal;

Walter Braga Netto: general da reserva do Exército, ex-ministro da Casa Civil e da Defesa, candidato a vice de Bolsonaro em 2022

Augusto Heleno: general da reserva do Exército, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional

Luiz Eduardo Ramos: general da reserva do Exército, ex-ministro da Casa Civil, da Secretaria-Geral da Presidência e de Governo

Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira: general do Exército, ex-ministro da Defesa;

Mauro Cid: tenente-coronel do Exército;

Luís Marcos dos Reis: sargento do Exército;

Jean Lawand Júnior: coronel do Exército;

Jader Silva Santos: tenente-coronel da PMDF, então subchefe da Coordenadoria de Análise de Risco do GSI;

Fábio Augusto Vieira: coronel e ex-comandante-geral da PMDF

A senadora sugeriu também o indiciamento de membros do Gabinete de Segurança Institucional, da Polícia Militar do Distrito Federal, bolsonaristas que financiaram os atos golpistas do 8 de janeiro e parlamentares, como a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP).

Data da notícia: **18/10/2023**

Título: Ao completar 20 anos de idade, Bolsa Família é reforçado com benefício a famílias com crianças de até 6 meses

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/18/ao-completar-20-anos-de-idade-bolsa-familia-e-reforcado-com-beneficio-a-familias-com-criancas-de-ate-6-meses>

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) anunciou que o governo reforçará o Bolsa Família com o Benefício Variável Nutriz (BVN), a partir de outubro.

De acordo com a pasta, será feito um pagamento adicional de R\$ 50,00 às famílias que têm crianças de até seis meses de idade na família. Além do BVN, as famílias com crianças têm acesso ao Benefício Variável Familiar pago a gestantes; o Benefício Familiar, a crianças de oito a 11 anos; o Benefício Primeira Infância, a crianças de zero a seis anos na família; e o Benefício de Renda de Cidadania, com pelo menos R\$ 142 pago a cada pessoa da família, independentemente da idade.

Nesse sentido, para as crianças entre zero e seis anos, as melhorias introduzidas no novo formato do Programa Bolsa Família - que completa 20 anos de idade neste mês de outubro - visam complementar as políticas públicas já em vigor para essa faixa etária.

O objetivo é aprimorar o conjunto de políticas públicas no enfrentamento às situações de vulnerabilidade e de insegurança alimentar e nutricional, sobretudo nos primeiros seis meses de vida. De acordo com dados de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 36,7% da população brasileira sofre com insegurança alimentar e nutricional.

“A implantação do novo bolsa família agora ficou completa com o pagamento para a nutrízes”, afirmou o ministro Wellington Dias.

Segundo o chefe da pasta, com o auxílio de uma busca ativa, o Bolsa Família alcançou 2,4 milhões de famílias desde a sua reimplantação, em março deste ano. “É um dinheiro para tomar café, almoçar, jantar, para outras necessidades.”

No mês de outubro de 2023, o Programa Bolsa Família atendeu a um total de 21.457.553 famílias em todo o Brasil. Este apoio financeiro resultou em um investimento de R\$ 14,672 bilhões, com um valor médio de benefício de R\$ 688,97 por família.

Além disso, o programa priorizou a proteção da primeira infância, destinando R\$ 1,36 bilhão ao Benefício Primeira Infância (BPI), beneficiando 9.581.114 crianças com idades entre 0 e 6 anos que fazem parte dessas famílias.

Data da notícia: **18/10/2023**

Título: Após a morte de Karol Eller, Erika Hilton propõe lei para equiparar ‘cura gay’ ao crime de tortura

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/politica/apos-a-morte-de-karol-eller-erika-hilton-propoe-lei-para-equiparar-cura-gay-ao-crime-de-tortura>

A deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP), apresentou, nesta terça-feira 17, um projeto de lei no Congresso Nacional para equiparar as chamadas “terapias de conversão sexual” à crime de tortura.

Se o PL for aceito, o tratamento de ‘cura gay’ passa a ser crime inafiançável com pena de reclusão de dois a oito anos. Caso um servidor público intermedie, lidere ou realize a prática, ele será destituído do cargo.

A proposição vem em meio à comoção pela morte da influenciadora bolsonarista Karol Eller. A Polícia Civil registrou o falecimento como suicídio, pois Eller foi encontrada após cair do prédio onde morava, em São Paulo. Um mês antes, ela havia passado por um “retiro de conversão” em uma igreja evangélica.

“Por definição, as terapias de conversão sexual podem caracterizar-se como tortura, principalmente em circunstâncias com dor, sofrimento físico e mental infligido sobre os indivíduos submetidos à prática”, diz o texto do projeto de lei.

Atualmente, a prática já é vedada pela resolução nº 1999 do Conselho Federal de Psicologia. Apesar disso, existem tentativas de reverter essa norma – como a encabeçada pelo Partido Novo, que buscou anular a resolução via STF.

A parlamentar argumenta que as ações devem ser investigadas com maior rigor, dado o crescimento dos casos.

No Brasil, existem pelo menos 26 propostas distintas de “tratamentos” voltados à conversão sexual, como mostra a pesquisa “Entre ‘curas’ e ‘terapias’: Esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTQIA+ no Brasil”, publicada em julho de 2022.

Entre os principais incentivadores da prática, identificados pelas organizações All Out e o Instituto Matizes, responsáveis pelo estudo, a maioria está em contexto religioso, familiar e médico: de lideranças religiosas, pais e até mesmo psicólogos, psiquiatras, terapeutas holísticos e coaches.

“Elas partem do pressuposto de que pessoas com identidades de gênero ou orientações sexuais diversas são de alguma forma consideradas inferiores, seja moral, espiritual ou fisicamente”, aponta Hilton, no PL.

Para entrar em vigor, o projeto ainda precisa entrar na agenda do Congresso e posteriormente ser votado pelos parlamentares.

Data da notícia: **19/10/2023**

Título: Servidores da Educação do DF conseguem 30% de aumento em gratificações e suspendem greve

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/19/servidores-da-educacao-do-df-conseguem-30-de-aumento-em-gratificacoes-e-suspendem-greve>

Após 31 dias de greve, os profissionais da carreira de Políticas Públicas e de Gestão Educacional (PPGE) decidiram suspender a paralisação nesta quarta-feira (18), após receberem uma proposta do governo do Distrito Federal (GDF). A proposta incluiu um aumento da Gratificação de Incentivo à Carreira (GIC) em 30%, o que era um dos principais pontos de reivindicação da categoria.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal (SAE-DF), o GDF vai encaminhar imediatamente um Projeto de Lei (PL) que garante o aumento de 30% da CGI e também se comprometeu que não haverá cortes salariais referentes aos dias de greve. No entanto, o entendimento da categoria é que, caso o PL da GIC não esteja na Câmara Legislativa até o dia 14 de novembro de 2023, uma nova assembleia poderá ser convocada.

A assembleia que decidiu pelo encerramento da greve que começou em 19 de setembro ocorreu em frente a Câmara Legislativa do Distrito Federal, como outros encontros da

categoria. De acordo com o SAE-DF um número grande de servidores públicos da Educação participaram da assembleia, que também contou com a presença de profissionais de outras áreas, parlamentares, entidades de classe e centrais sindicais.

Os profissionais do PPGE, que atuam nas escolas públicas do DF, são uma categoria de cerca de 22 mil, segundo dados do sindicato. "Embora em várias pautas o GDF tenha sugerido estudos de viabilidade, houve uma conquista expressiva: a conquista do aumento da GIC e instituição de uma mesa de negociação permanente entre a comissão do SAE-DF e representantes do GDF", destacou em nota o Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas.

Pontos da negociação

De acordo com informações do SAE-DF, ficou acertado que o aumento de 30% da GIC começará apenas em abril de 2024, com variação nos percentuais. O GDF também teria se comprometido a não fazer o corte de pagamento dos dias parados. Outro ponto definido foi em relação aos recessos de final de ano e julho.

A partir das demandas da categoria, o GDF teria se comprometido a realizar estudos para elaborar novas propostas para ampliação da carga horária para monitores; elaboração de uma proposta estabelecendo critérios para remoção e remanejamento da carreira PPGE; alteração do artigo 13 da Lei nº 5.106/2013; conversão de licença-prêmio em Pecúnia; Gratificações – GAEE e GSAP; nomeação de gestores e novo concurso público; gratificação específica – GAZR.

Essas questões que ainda dependem de estudos deverão ser discutidas em mesa de negociação entre a Comissão de Negociação do SAE-DF e Integrantes da Secretaria de Educação.

Data da notícia: **19/10/2023**

Título: Orçamento previsto para reforma agrária é o menor de todas gestões petistas; negociações entre governo e MST seguem

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/19/orcamento-previsto-para-reforma-agraria-e-o-menor-de-todas-gestoes-petistas-negociacoes-entre-governo-e-mst-seguem>

O orçamento proposto pelo governo Lula (PT) para a reforma agrária em 2024 é um quinto do que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) reivindica como necessário para assentar as 65 mil famílias que vivem hoje de forma precária em acampamentos.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o valor previsto pelo ministério da Fazenda para o ano que vem nesta área é de R\$ 567 milhões. O dinheiro reservado pelo governo a reforma agrária é o menor de todos os governos petistas (2003 - 16), mesmo sem correção da inflação.

O montante é praticamente o mesmo que o investido em 2020 pelo governo Bolsonaro – marcado pela paralisação da diminuição de concentração fundiária no Brasil.

Nos cálculos do MST, são necessários R\$ 2,8 bilhões anuais para a reforma agrária. A proposta não destoaria de anos anteriores. De 2006 até 2013, não houve nenhum ano em que o orçamento para reforma agrária tenha sido menor que R\$2,5 bilhões.

Nas últimas duas décadas, o ano com maior investimento foi 2008, superando os R\$ 4 bilhões. Durante o período em que o PT esteve na presidência da República, o menor investimento para a área foi em 2016, com pouco menos de R\$2 bilhões - ainda assim quase quatro vezes maior do que o proposto agora. Sem contar a inflação do período.

Conversas em Brasília

Tendo esta como pauta central, o MST iniciou desde a última segunda-feira (16) a jornada “Por terra e comida de verdade para o povo” com protestos, audiências e doações de alimentos em 17 estados.

Neste contexto, representantes do movimento foram recebidos em Brasília em reuniões com os ministros Márcio Macêdo, da secretaria geral da Presidência; Rui Costa, da Casa Civil; Simone Tebet, do Planejamento e Orçamento; Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário e, nesta quarta (18), com Fernando Haddad, da Fazenda.

Ceres Hadich, da direção nacional do MST, participou das conversas. Em sua avaliação, houve uma “ótima receptividade” e um entendimento comum de que “a reforma agrária deve ser pilar estruturante no orçamento para enfrentar a fome e as desigualdades do país”.

A dirigente destaca um acordo feito na conversa com o ministro Rui Costa de elaboração de um plano nacional de alfabetização nas áreas de reforma agrária.

Mas não houve sinalização de alterar a previsão para a reforma agrária no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024 elaborado pelo Executivo.

Em 2023, 753 famílias foram assentadas

Com um orçamento de R\$ 256 milhões herdado do governo Bolsonaro, o Incra assentou, ao longo deste ano, 753 famílias. Segundo a autarquia, entre editais que foram ou que devem ser publicados ainda em 2023, outras 6.049 estão em “processo de assentamento”.

Esta quantidade de famílias assentadas ou por assentar neste primeiro ano de governo Lula corresponde a 3,4% do total de 200 mil famílias que o MST reivindica que sejam regularizadas em áreas da reforma agrária até o fim do mandato.

Ao Brasil de Fato, o Incra informa que “a dotação orçamentária para obtenção de terras foi zerada a partir de 2019” e que “os esforços da gestão atual estão voltados não apenas à reversão desse quadro, mas à busca de soluções que permitirão a efetiva retomada da política de reforma agrária”.

“A gente entende que o governo passa por um processo de reestruturação de um Estado que foi decomposto. E se soma no intuito de superar essas dificuldades e pensar junto em propostas audaciosas”, considera Ceres.

“Mas o nosso papel, enquanto movimento social, para somar e fortalecer”, salienta Hadich, “é seguirmos organizados, mobilizados e fazendo a nossa pressão social”.

Data da notícia: **20/10/2023**

Título: Bolsa Família 20 anos: Lula reafirma compromisso de erradicar a fome até 2026

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/20/bolsa-familia-20-anos-lula-reafirma-compromisso-de-erradicar-a-fome-ate-2026>

No evento comemorativo dos 20 anos do Bolsa Família, realizado nesta sexta-feira (20), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ressaltou a capacidade do programa de distribuir renda e garantir acesso à alimentação para os beneficiários. Além disso, ele reafirmou o objetivo de, até o fim de seu terceiro mandato, "acabar com a fome no país".

"Pouco dinheiro na mão de muitos com o Bolsa Família significa a possibilidade de pessoas comerem três vezes ao dia, continuarem na escola e não evadirem, tomarem vacina, viverem ao máximo e que não morram aos 2 meses de desnutrição. E por isso que temos que adotar o lema 'pouco dinheiro na mão de muitos significa distribuição de renda'", afirmou o presidente.

Lula também criticou o governo Bolsonaro e disse que, em nove meses, sua gestão recuperou 42 políticas de inclusão social. "Já conseguimos incluir quase todas políticas que foram desmontadas pelo governo anterior", disse. "Essa gente não pensa com o coração, essa gente muitas vezes pensa com o olho da irracionalidade", seguiu.

Por fim, o petista reafirmou o seu compromisso de governo de acabar com a fome no país novamente. "Penso que dia de hoje é o dia da gente poder olhar fundo na cara dos nossos filhos e de cada criança desse país e dizer, 'até 31 de dezembro de 2026 nos vamos acabar com a fome nesse país'. Nós vamos fazer as pessoas comerem três vezes ao dia, e se quiser comer quatro que coma. A gente quer as pessoas comendo comida saudável, por isso junto com o PAA [Programa de Aquisição de Alimentos] a gente tem que ajudar, através do Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar], os pequenos produtores a produzir comida de qualidade".

A fala de Lula ocorre na semana em que o governo federal anunciou um aporte extra de R\$ 250 milhões no PAA, iniciativa do governo para comprar produtos de pequenos produtores rurais e distribuir para famílias necessitadas por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O anúncio foi feito na segunda-feira (16), dia em que foi celebrado o Dia Mundial da Alimentação.

Homenagens

A cerimônia para comemorar os 20 anos do Bolsa-Família, o principal programa social criado pelas gestões petistas lotou o auditório do Ministério do Desenvolvimento Social, em Brasília e contou com a participação dos ministros Wellington Dias (MDS), Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário), Marina Silva (Meio Ambiente), a presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Rita Serrano, e secretárias do Ministério do Desenvolvimento Social.

O evento foi aberto com o depoimento de uma ex-beneficiária do Bolsa-Família, Raquel Lima Clemente, do Espírito Santo, que deixou o programa e hoje tem seus dois filhos formados em engenharia mecânica. "Nunca imaginei que um dia falaria para tanta gente com tanta câmera", disse emocionada. "Hoje sou psicóloga formada pela Universidade Federal do Espírito Santo, mas nem sempre foi assim. Quando tinha 10, 12 anos eu tinha que trabalhar em casa de família para ajudar minha mãe e meu pai", contou Raquel.

Também presente no evento, o coordenador de acompanhamento e execução orçamentária e financeira da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, Sérgio Monteiro, foi um dos homenageados por atuar no programa desde seu início. "É uma honra e privilégio muito grande poder representar todos os funcionários do Ministério do Desenvolvimento Social que atuaram e atuam com o programa. Estou no programa desde o início. Eu acompanhei o desenvolvimento desse programa. O programa nasceu, o programa morreu e o programa ressuscitou", afirmou Sérgio.

Evolução dos gastos e superação da pobreza

A cerimônia também contou com discursos da presidente da Caixa, Maria Rita Serrano e do ministro do Desenvolvimento Social Wellington Dias, que destacaram a evolução do programa e os desafios de garantir melhorias na vida da população mais pobre para além do benefício somente.

A presidente da Caixa afirmou que o programa hoje atende 21 milhões de famílias, impactando 27% da população brasileira, com um repasse médio de R\$ 14 bilhões por mês. Ela aproveitou ainda para anunciar que o banco vai fornecer, até o final do ano, 8 milhões de cartões de débito aos beneficiários. "Estamos realizando a entrega de 8 milhões de cartões de débito para famílias que não tinham essa função antes. Já entregamos 2,5 milhões e até dezembro vamos entregar o restante", afirmou.

Já Wellington Dias destacou que 64% dos filhos da primeira geração de beneficiários do programa social deixaram a pobreza, o que contribuiu para o país chegar a ter 54% da população na classe média e citou estudo do Banco Mundial reconhecendo a importância do programa. "Nesses 20 anos, o que diz o Banco Mundial: 'sim tem resultados'. Daquela primeira geração, 64% dos filhos das famílias do Bolsa Família saíram da pobreza e muitos foram para a classe média, o que mostra que a integração saúde e educação, com outros programas, dá resultado".

Ele lembrou ainda que o programa agora garante uma permanência do benefício mesmo para aqueles que conseguem emprego de carteira assinada. "O programa agora tem uma

novidade, entrou na área de proteção. Agora assina a carteira, tem a renda do trabalho, de um negócio e nós aqui fazendo a medição, uma folha de pagamento do Bolsa Família que é uma folha viva, que é revista todos os meses", afirmou o ministro. Segundo ele, hoje mesmo com emprego, se a renda per capita da família de um beneficiário ficar abaixo de R\$ 208, ele segue recebendo o benefício integral. Se a renda per capita ficar entre R\$ 208 e R\$ 660, o beneficiário terá direito a continuar recebendo 50% do benefício.

Recuperação

O presidente gravou seu discurso para o evento ao lado da primeira-dama Janja Lula da Silva, sentado em uma mesa do palácio do Alvorada. Ao final, se levantou da cadeira para mostrar a recuperação após a cirurgia no quadril, realizada no final de setembro. "Já estou levantando sozinho to ficando em pé, o Mano Menezes já me chamou para voltar a jogar no Corinthians, o Diniz está pensando em me chamar para a seleção, eu estou pronto para o combate outra vez", afirmou o petista sob aplausos.

Data da notícia: **20/10/2023**

Título: Lula veta parcialmente marco temporal para terras indígenas

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br>

Link da notícia: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-decidiu-por-vetar-o-marco-temporal-respeitando-a-constituicao-diz-padilha>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou, nesta sexta-feira (20), que vetou o projeto de lei que prevê o marco temporal das terras indígenas, mas sancionou alguns artigos da proposta aprovada pelo Congresso Nacional.

O presidente decidiu manter trechos da proposta aprovada no Congresso Nacional, que, segundo Padilha, dão mais transparência ao processo de demarcação de terras e também um trecho que permite aos indígenas a contratação de terceiros para atividades.

Estão fora dessa prerrogativa: a lavra de terras para mineração e a exploração hídrica para fins energéticos que demandam regulamentação específica.

Segundo o projeto de lei aprovado, os povos indígenas só poderão reivindicar a posse de áreas que ocupavam de forma “permanente” na data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988.

Para o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, os artigos mantidos demonstram coerência com a tradição da política indigenista do Brasil e têm a constitucionalidade confirmada.

O veto deve ser analisado em sessão do Congresso em data ainda incerta.

“Tudo que significa ataque aos direitos indígenas e contraria a Constituição foi vetado pelo presidente. Não é a primeira vez que o governo faz vetos de artigos aprovados pelo Congresso. Estamos absolutamente abertos para dialogar. Acredito, inclusive, que aquilo que foi sancionado abre a possibilidade para o diálogo”, afirmou o ministro.

O texto foi aprovado pelo Congresso no dia 27 de setembro, apenas uma semana depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) formar maioria contra a tese.

O supremo havia derrubado, por 9 votos a 2, a tese do marco temporal por entender que é inconstitucional limitar a demarcação à data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988.

Na semana passada, a consultoria jurídica do Ministério dos Povos Indígenas e Advocacia-Geral da União (AGU) entregaram um parecer de 19 páginas em que apontam ponto a ponto do projeto de lei as inconstitucionalidades e pedem o veto total.

Data da notícia: **23/10/2023**

Título: Racismo torna mulheres negras e indígenas mais suscetíveis a problemas de saúde na gestação, diz Ministério da Saúde

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/23/racismo-torna-mulheres-negras-e-indigenas-mais-suscetiveis-a-problemas-de-saude-na-gestacao-diz-ministerio-da-saude>

Dados divulgados pelo Ministério da Saúde nesta segunda-feira (23) mostram que mulheres negras e indígenas estão mais suscetíveis a problemas durante a gestação e no pós-parto no Brasil. Esses grupos têm menos acesso ao pré-natal e concentram a maior parte dos casos de bebês abaixo do peso ideal e das mortes por hipertensão, por exemplo.

As informações estão no Boletim Epidemiológico Saúde da População Negra e revelam como o racismo traz consequências consideráveis à garantia de um dos direitos essenciais previstos na Constituição. O grupo de mulheres pretas foi o único que apresentou aumento na mortalidade materna por hipertensão entre 2010 e 2020, cenário que está diretamente relacionado ao não tratamento e à desigualdade.

Segundo o dossiê, nesse mesmo período, o Brasil conseguiu diminuir a morte materna entre mulheres brancas, indígenas e pardas. O maior declínio foi observado entre as indígenas que tiveram queda de 30%. Entre as mulheres brancas, o índice decresceu 6%. E, entre as pardas, foi de 1,6%.

Embora as mulheres negras sejam as que mais aumentaram o acompanhamento pré-natal na década analisada, a pesquisa mostra que a população branca ainda tem mais facilidade de acesso. Os dados alertam também para um resultado preocupante entre as populações indígenas.

O total de mães que disseram realizar sete ou mais consultas saiu de 60,6% para 70%. No caso das mulheres indígenas, o índice é de 39%. Entre as mulheres negras, ele é inferior a 70%. Já as mulheres autodeclaradas brancas apresentaram cobertura de 80,9%.

Esse último grupo apresentou estabilidade em outro dado relevante para a análise da qualidade do acesso à saúde: o peso dos recém-nascidos. O percentual variou de 8,4% para 8,6%. Já entre as mães indígenas, pretas e pardas, a proporção de crianças nascidas vivas com peso menor que 2,5kg aumentou. O maior salto ocorreu entre as pretas: de 8% para 10,1%.

O estudo também observou uma alta considerável nos índices de crianças pretas e pardas que nasceram com malformações congênitas. No primeiro grupo, o resultado saiu de 16,7% em 2010 para 19,1% em 2020 e, no segundo, de 16,1% para 20,3%. Desde 2015, essa se tornou a principal causa da mortalidade de bebês na população negra.

Durante a pandemia da covid-19, o impacto do racismo na saúde das gestantes negras também ficou exposto em números. Mais de 63% do total dos óbitos registrados entre mulheres grávidas ocorreu entre pretas e pardas.

Doenças socialmente determinadas

Ainda de acordo com os dados divulgados pelo Ministério da Saúde, as mulheres negras também estão mais expostas às chamadas doenças socialmente determinadas, que acometem mais as populações sob maior vulnerabilidade social.

De 2011 a 2021, o número de casos de HIV detectados entre gestantes pardas e pretas subiu de 62,4% em 2011 para 67,7% em 2021. Quase 70% dos casos foram observados na faixa etária dos 15 aos 29 anos. Também houve alta na população negra em geral, de 50,3% para 62,3%. As mortes por aids nesse grupo subiram de 52,6% para 60,5% em 2021.

A proporção de casos de sífilis adquirida também é maior para pessoas pretas e pardas em todas as faixas etárias. No caso das grávidas, mais de 60% dos diagnósticos ocorreram entre mulheres negras. O índice se repete nas notificações por tuberculose em território nacional.

Medidas

Os dados devem ser usados para embasar a criação e a adequação de políticas públicas. Segundo o Ministério da Saúde, já há ações em andamento ou em processo de retomada. A pasta destacou investimentos de R\$ 27 milhões em novas tecnologias de testagem para sífilis e HIV e incorporação de um tratamento mais rápido para a tuberculose resistente.

O ministério também citou a volta do programa Mais Médicos e os aportes para reconstrução da estrutura de saúde primária, a porta de entrada do Sistema Único de Saúde. Ainda assim, é preciso superar os desafios para aumentar a acessibilidade de pessoas negras a essas políticas.

No evento de lançamento do dossiê, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, afirmou que as questões raciais devem permear todas as ações da pasta de maneira transversal e inclusiva. “Essa pauta deve ser uma perspectiva e não um tema isolado, para que todas as ações do Ministério da Saúde, do Mais Médicos ao Complexo Econômico-Industrial da Saúde, a dimensão étnico-racial seja, de fato, vista como determinante social da saúde.”

Data da notícia: **23/10/2023**

Título: Ordem para falsificar certificados de vacinação partiu de Bolsonaro, diz Cid à PF

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/politica/ordem-para-falsificar-certificados-de-vacinacao-partiu-de-bolsonaro-diz-cid-a-pf>

O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, disse à Polícia Federal que partiu do então presidente da República a ordem para fraudar certificados de vacinação contra a Covid-19 em sistemas do Ministério da Saúde..

O relato, colhido no âmbito da delação firmada pelo militar com a PF, foi revelado pelo colunista do Uol Aguirre Talento nesta segunda-feira 23.

Em um dos depoimentos, Cid assumiu sua participação e também implicou o ex-presidente no esquema. De acordo com a reportagem, o tenente-coronel teria dito que providenciou a documentação após Bolsonaro solicitar a confecção de cartões de vacinação falsos em seu nome e da sua filha Laura.

Os dados falsos do então presidente e Laura foram inseridos por funcionários da Prefeitura de Duque de Caxias no sistema do Ministério da Saúde em 21 de dezembro de 2022. Foram lançadas falsamente, em nome deles, duas doses da vacina Pfizer, por meio da inserção de dados realizada às 18h59 e 19h daquele mesmo dia.

No dia seguinte, Cid emitiu os certificados de vacinação e, conforme ele contou à PF, entregou nas mãos de Bolsonaro. Agora, os investigadores tentam entender qual seria a finalidade dos cartões de vacinação para o ex-capitão.

A principal hipótese é que os documentos tenham sido emitidos para que o então presidente e sua filha não fossem barrados ao sair do País, uma vez que os Estados Unidos exigiam, para entrada no país, comprovante de vacinação ou a realização de teste negativo de Covid-19.

Procurado pelo Uol, o advogado de Bolsonaro Fábio Wajngarten negou as acusações feitas por Cid. “Eu garanto que o presidente nunca pediu nem pra ele, nem para a filha dele. Até porque o mundo inteiro conhece a posição dele sobre as vacinas, e o visto dele, como presidente da República, não necessitava de comprovante de vacina”, disse.

As declarações do ex-ajudante de ordens contrariam a versão apresentada por Bolsonaro à PF. Em maio, o ex-presidente declarou que não conhecia nem orientou fraudes em cartão de vacinação para seu uso ou de familiares.

Data da notícia: **24/10/2023**

Título: Após CPI do MST, nova frente parlamentar busca “manter aceso” combate às invasões de terra

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br>

Link da notícia: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/apos-cpi-do-mst-nova-frente-parlamentar-busca-manter-aceso-combate-as-invasoes-de-terra>

Na tentativa de manter a pressão contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), após uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que terminou sem a votação de seu relatório final, um grupo de aproximadamente 200 deputados e senadores lançará nesta terça-feira (24) a Frente Parlamentar Invasão Zero.

A primeira iniciativa do bloco será pedir regime de urgência para a tramitação de sete projetos de lei que tramitam na Câmara e fecham o cerco contra ocupações.

Entre outros pontos, os projetos impedem que invasores de propriedades rurais recebam benefícios sociais do governo ou estejam na lista de programas de reforma agrária, aumentam a pena por esbulho possessório (ocupação de um bem por meios violentos) e permitem ação da polícia sem a necessidade de ordem judicial para a retomada de terras.

“Queremos manter aceso o combate às invasões de terra”, disse à CNN o deputado Luciano Zucco (Republicanos-RS), que coordenará a nova frente. Ele presidiu a CPI do MST na Câmara.

De acordo com Zucco, com o fim dos trabalhos da comissão, já houve aumento de invasões ou ameaças de ocupação. Menciona, por exemplo, uma mobilização do MST nos últimos dias em Bagé (RS) e Hulha Negra (RS).

A frente terá Ricardo Salles (PL-SP), relator da CPI, como primeiro vice-presidente. Parlamentares da bancada ruralista estão em peso no bloco.

Cada estado terá uma representação e uma liderança. Entre os coordenadores estaduais estão Rodolfo Nogueira (PL-MS), José Rocha (União-BA), Evair de Mello (PP-ES) e Lucas Redecker (PSDB-RS).

Data da notícia: **25/10/2023**

Título: Marco temporal: veto de Lula barrou principais retrocessos, mas pontos sancionados preocupam indígenas e indigenistas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/25/marco-temporal-veto-de-lula-barrou-principais-retrocessos-mas-pontos-sancionados-preocupam-indigenas-e-indigenistas>

Organizações indígenas e indigenistas manifestaram alívio com o veto parcial de Lula (PT) à lei 14.701/23, que ficou conhecida como PL do Marco Temporal, mas consideram que artigos sancionados pelo presidente representam retrocessos nos direitos dos povos indígenas.

Lula manteve dois artigos considerados "preocupantes" pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a maior organização indígena do país, que pedia o veto integral ao PL 2903, assim como fez o Ministério Público Federal (MPF), que considerava o texto inconstitucional.

Na última sexta-feira (20), o presidente seguiu o entendimento do MPF e do Supremo Tribunal Federal (STF) ao vetar o ponto principal da lei do marco temporal, que proíbe demarcações de terras não ocupadas por indígenas em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição.

Lula vetou ainda outros pontos defendidos pelos parlamentares ruralistas: indenização a donos de fazendas sobrepostas a terras indígenas, permissão para invasores permanecerem no território durante o procedimento demarcatório e contato forçado com indígenas isolados.

A Apib destaca, porém, a sanção por Lula do artigo 20, que diz que o usufruto exclusivo dos indígenas sobre suas terras "não se sobrepõe" à "soberania nacional", e do artigo 26, que permite a "cooperação" entre indígenas e não indígenas no "exercício de atividades econômicas".

"Afirmamos que o artigo 20 é perigoso, pois pode, igualmente, abrir margem para mitigar o usufruto exclusivo, diante do conceito genérico de 'interesse de política de defesa', justificando intervenções militares nos territórios", destacou a Apib.

A Articulação, que reúne sete organizações indígenas regionais distribuídas por todos os estados do Brasil, não se vê inteiramente representada pela declaração da ministra dos

Povos Indígenas, Sonia Guajajara, que definiu os vetos parciais do presidente como "grande vitória".

Coordenador executivo da Apib (posto também ocupado por Sonia Guajajara antes das últimas eleições), Dinamam Tuxá afirmou em entrevista à Pública que "pela perspectiva do governo, pode ter sido uma vitória". "Mas, para o movimento indígena, acaba sendo frustrante, porque esperávamos o veto total e lutamos para isso. Então, não há que se falar em vitória [para o movimento indígena]."

Em live organizada pelo Observatório Indigenista, Kretã Kaingang, integrante da Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpínsul), afirmou que em seu entendimento "o presidente tinha que ter vetado total, independente do que fosse acontecer. Porque a gente sabe que os vetos serão derrubados no Congresso Nacional. Mas seria uma garantia para nós, povos indígenas". Para Kretã, as demandas indígenas foram tratadas como "moeda de troca".

Lula tem ilusão com o agronegócio, diz Cimi

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que defende o povo Xokleng na ação do marco temporal no STF, avalia que o veto parcial barrou "absurdos" contidos no PL, mas diz que Lula "perdeu uma oportunidade" de reafirmar os direitos indígenas.

"Parece ter pesado para a decisão do presidente uma perspectiva tática e ilusória de manter algum canal aberto com o Congresso Nacional e o receio de abrir distância com o agronegócio e setores que integram seu próprio governo", avaliou o Cimi, que atua há 50 anos na defesa dos povos originários.

O que acontece agora

Os vetos parciais de Lula ao PL do marco temporal serão validados ou derrubados por deputados e senadores em sessão conjunta, que tem prazo de 32 dias corridos para acontecer, a partir da mensagem enviada pelo Executivo ao Congresso.

Nesta terça-feira (24), o deputado federal Pedro Lupion (PP-PR), que preside a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), declarou à imprensa que a bancada ruralista pretende derrubar todos os vetos e que tentará incluir a pauta na sessão do Congresso desta quinta-feira (26).

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou na sexta-feira (20) que o Congresso estaria disposto a manter alguns dos vetos, mas não abriria mão da fixação do marco temporal para demarcações.

"O cerne da questão, que é o marco temporal em si, é um tema um pouco mais polêmico, porque é uma tendência do Congresso Nacional em acreditar que ele deve ser incluído no ordenamento jurídico e, aí, o veto será apreciado em sessão oportuna do Congresso Nacional", afirmou Pacheco.

Movimento indígena promete reagir

Em nota, a FPA disse que "não assistirá de braços cruzados a ineficiência do Estado brasileiro em políticas públicas e normas que garantam a segurança jurídica e a paz no campo". Também afirmou ter 303 deputados federais e 50 senadores, votos suficientes para derrubar os vetos presidenciais.

Caso isso ocorra, a Apib pretende questionar a medida no STF por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). Até a decisão final, retrocessos contidos na lei podem continuar valendo, se não forem derrubados por medidas cautelares do Supremo.

"A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) reforça que a cobrança do movimento indígena era para Lula vetar totalmente o PL. Agora, alertamos sobre a necessidade dos vetos parciais serem mantidos pelos parlamentares", declarou a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Data da notícia: **26/10/2023**

Título: Lula anuncia pacote para segurança no Rio de Janeiro na semana que vem

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br>

Link da notícia: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-anuncia-pacote-para-seguranca-no-rio-de-janeiro-na-semana-que-vem>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciará, na semana que vem, um pacote de medidas para reforçar a segurança pública no Rio de Janeiro.

As medidas ainda estão em discussão dentro do governo federal porque a responsabilidade sobre a segurança pública é do governo estadual.

Entre as ações estará a participação dos militares, mas ainda não há definição clara sobre isso, e a Defesa aguarda as ordens do presidente.

Marinha e Aeronáutica vão atuar na fiscalização do contrabando nos portos e aeroportos. O Exército não entrará no Rio de Janeiro, mas pode apertar o cerco nas fronteiras.

Além disso, o trabalho dos serviços de inteligência do governo federal será reforçado em conjunto com o estado via Polícia Federal.

O governo ainda discute a criação do Ministério da Segurança Pública, mas esse movimento depende da indicação de Flavio Dino para o Supremo Tribunal Federal.

Lula está preocupado com a queda de popularidade do governo e com as críticas da oposição, que vem colando na administração federal a conta pela crise de segurança no Rio de Janeiro e em outros estados do país.

Data da notícia: **26/10/2023**

Título: TSE encerra segundo dia de julgamento com 2 votos a 1 pela inelegibilidade de Bolsonaro

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/26/tse-encerra-primeiro-dia-de-julgamento-com-2-votos-a-1-pela-inelegibilidade-de-bolsonaro>

Nesta quinta-feira (26), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) retomou o julgamento de inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), no processo por abuso de poder político e econômico nas celebrações do Bicentenário da Independência, ocorridas em 7 de setembro do ano passado. A sessão foi encerrada com dois votos favoráveis e um contrário

O ministro Benedito Gonçalves, relator do processo, abriu a sessão votando pela inelegibilidade de Bolsonaro. O voto foi acompanhado por Floriano Marques. Raul Araújo discordou e se manifestou pela absolvição do ex-presidente.

Gonçalves sugeriu que Bolsonaro e seu vice-presidente na época, o general Walter Braga Netto (PL), paguem multas de R\$ 425.640 e R\$ 212.820, respectivamente. "Restou

demonstrada a prática de condutas de extrema gravidade tanto sob a ótica das condutas vedadas quanto sob a ótica do abuso de poder", afirmou o relator.

A defesa de Bolsonaro alega que o 7 de setembro não pode ser confundido com a campanha eleitoral de 2022, mas apenas como um evento da agenda do presidente da República. A tese foi refutada por Gonçalves.

"Impossível acolher a alegação de que os eventos teriam sido limitados por bordas cirúrgicas. A localização dos dois eventos foi uma estratégia essencial para que o comício eleitoral se tornasse um evento contínuo ao ato oficial."

Raul Araújo, em seguida, saiu em defesa de Jair Bolsonaro e afirmou que "não se constata qualquer conduta típica vedada pela legislação eleitoral".

Já Floriano Marques ressaltou a cumplicidade de Braga Netto, que "assentiu e concorreu para que os atos fossem consumados", finalizou o ministro.

Bolsonaro já foi considerado inelegível pelo TSE, que no dia 30 de junho formou maioria para condenar o ex-presidente por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação. O julgamento se referia à reunião que Bolsonaro realizou no Palácio do Planalto com embaixadores estrangeiros, quando o ex-presidente questionou o sistema eleitoral brasileiro. As penas não são cumulativas.

O julgamento de Bolsonaro no TSE será retomado na próxima terça-feira (1).

Data da notícia: **26/10/2023**

Título: Defensoria pede na Justiça esclarecimentos à Saúde e Educação sobre operações policiais na Maré (RJ)

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/26/defensoria-pede-na-justica-esclarecimentos-a-saude-e-educacao-sobre-operacoes-policias-na-mare-rj>

A Defensoria Pública do Rio solicitou na Justiça que as Secretarias estadual e municipal de Educação e de Saúde prestem esclarecimentos sobre os prejuízos causados por operações policiais no Complexo da Maré, na zona norte da capital fluminense.

O Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (Nudedh) da Defensoria quer reunir dados quanto ao impacto da violência sobre os estudantes e sobre a saúde mental dos moradores do conjunto de favelas da Maré, onde, apenas entre 9 e 18 de outubro, houve sete dias úteis de incursões de forças de segurança.

"Além da participação das Polícias Civil e Militar do Estado do Rio de Janeiro, as ações de repressão ao crime no território em questão passaram a ser reforçadas por agentes da Força Nacional de Segurança Pública, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal", o que "vêm provocando a suspensão na prestação de serviços essenciais como funcionamento de escolas e postos de saúde", destaca o pedido de cumprimento provisório de tutela de urgência apresentado pelo Nudedh.

Nesta quinta-feira (26), a coordenação do núcleo e 16 associações de moradores da Maré se reúnem com o prefeito Eduardo Paes (PSD) para discutir a interrupção de serviços públicos municipais por conta de operações policiais.

Na última quarta-feira (25), o Nudedh e as entidades participaram de encontro com representantes de nove ministérios que podem integrar ações, coordenadas pela Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas da Secretaria-Geral da Presidência da República, para atender a demandas da população da comunidade para promoção de direitos em diferentes áreas.

O ajuizamento foi feito no contexto de uma ação civil pública que tramita na 6ª Vara de Fazenda Pública desde 2015 (a chamada ACP da Maré) com o objetivo de conter violações de direitos durante operações, e que já levou à decisão liminar, confirmada pela 2ª Câmara Cível, determinando, entre outras providências, que as secretarias de Polícia Militar e de Polícia Civil informem previamente a autoridades de educação e de saúde, bem como o Ministério Pública, sobre operações naquele território.

Dentre os questionamentos que o Nudedh faz às secretarias de educação e de saúde está exatamente que confirmem se "foram comunicadas sobre a realização das operações em tempo hábil, possibilitando a adoção de medidas para preservar a vida e integridade física" dos estudantes e dos usuários dos serviços médicos oferecidos na Maré.

Da educação, a coordenação do núcleo quer saber se foram baseadas viaturas policiais nas entradas e nas proximidades de escolas; se as operações policiais aconteceram em horário

de entrada e saída de alunos; por quantos dias as aulas e quantas crianças e adolescentes foram afetado; e se há plano de reposição dos dias letivos.

Da saúde, os pedidos são relativos à presença de viaturas nas imediações das unidades de atendimento; quais serviços e postos foram afetados; quantos usuários prejudicados; planos de reagendamento de atendimentos suspensos; e, especificamente, se há informações quanto ao “impacto da violência sobre a saúde mental dos moradores do conjunto de favelas da Maré”.

Estimativas alarmantes

Segundo o texto, estima-se que no dia 16 de outubro, 41 escolas municipais e 4 escolas estaduais tiveram suas atividades suspensas, afetando mais de 13 mil alunos. O Nudedh afirma que, apesar de alarmantes, os números levantados estão subestimados. Há notícias de que os estudantes da Maré já perderam 9% dos dias letivos em 2023 por conta de violência e operações policiais.

Informações fornecidas por entidades de moradores da Maré ao Nudedh dão conta de que três clínicas de família (Augusto Boal, Adib Jatene e Jeremias Moraes da Silva) e um centro de saúde (Centro Municipal de Saúde Vila do João) acionaram o ‘protocolo de acesso seguro’, suspendendo totalmente o funcionamento dessas unidades.

Além disso, a Clínica da Família Diniz Batista dos Santos também teria interrompido todas as suas atividades externas, bem como teria havido prejuízo a pessoas com necessidades de tratamentos específicos em saúde mental, também suspensos.

“O Espaço Normal, instituto responsável por acolher pessoas em situação de rua ou dependentes químicas, foi outro estabelecimento impactado com a suspensão dos seus mais de 100 atendimentos diários por conta da insegurança causada pela operação”, ressalta o Nudedh.

Por fim, também foi afetado o funcionamento do Prato Feito Carioca, projeto da Prefeitura do Rio inaugurado uma semana antes do início das operações. As atividades foram suspensas, paralisando a entrega de cerca de 280 refeições diárias para moradores em situação de extrema vulnerabilidade social, contribuindo ainda mais para a insegurança alimentar da população do complexo de favelas da Maré, diz o Nudedh

A Defensoria lembra que durante recente operação da Polícia Federal na Barra da Tijuca, durante a qual foram apreendidos 47 fuzis, os vizinhos “não foram importunados, seus filhos

não perderam aulas e atendimento médico, demonstrando que ações de alta eficácia no combate ao crime organizado podem ser feita sem prejuízo aos direitos dos moradores".

Data da notícia: **26/10/2023**

Título: Maioria dos senadores do Distrito Federal vota pela extinção das cotas raciais

Fonte pesquisada: <https://www.brasilefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasilefato.com.br/2023/10/26/maioria-dos-senadores-do-distrito-federal-vota-pela-extincao-das-cotas-raciais>

O Senado Federal aprovou nesta terça-feira (24) o PL 5.384/2020, que reformula e amplia o sistema de cotas para pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência no ensino federal no Brasil. No entanto, a maioria dos senadores do Distrito Federal votou a favor de uma emenda do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para acabar com as cotas raciais e para pessoas com deficiência nas seleções.

Dos três senadores do DF, apenas Leila Barros (PDT) apoiou integralmente a legislação sobre as cotas. Os senadores Izalci Lucas (PSDB) e Damares Alves (Republicanos) votaram a favor da emenda de Flávio Bolsonaro que propõe a eliminar das cotas raciais. O projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados e agora segue para à sanção do presidente Lula (PT).

A senadora Leila Barros defendeu que as cotas não resolvem todo o problema da discriminação, mas dão um alento para a sociedade. “Essa dívida é histórica, mas [a aprovação da lei de cotas] é uma resposta dessa Casa. É uma iniciativa que sim, deu oportunidades”, afirmou a senadora, acrescentando que “gostaria muito de continuar nessa Casa e ver uma jovem branca e uma jovem preta, todas tendo a mesma oportunidade, porque a desigualdade e a injustiça ela realmente tem cor e tem gênero”.

O senador Izalci Lucas informou que não é contra o mérito do projeto de cotas e que votaria a favor se a votação tivesse sido nominal - a votação do mérito da matéria foi simbólica. “É óbvio que a gente tem uma dívida muito grande no Brasil, mas têm muitas pessoas pretas e pardas que têm recursos e não precisariam”, defendeu o Senador, acrescentando: “Eu acredito que tem que ser por renda”.

Já a senadora Damares Alves foi contactada por meio de sua assessoria para comentar seu voto, mas até o fechamento desta matéria não havia se manifestado. Na votação do mérito do projeto, que foi simbólica, apenas os senadores Flávio Bolsonaro, Cleitinho (Republicanos-MG), Magno Malta (PL-ES), Eduardo Girão (Novo-CE) e Rogério Marinho (PL-RN) destacaram votos contrários.

A emenda apoiada por Izalci e Damares estabelecia cotas nas instituições federais de ensino superior e técnico de nível médio apenas para estudantes oriundos de famílias com renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita — mantendo o percentual de 50% das vagas. No entanto, o texto retirava a exigência de que os estudantes tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública e também eliminava a reserva de vagas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

Nova Lei de Cotas

Dentre as mudanças previstas pelo PL 5.384/2020 está a de que candidatos cotistas passarão a concorrer também nas vagas gerais, e apenas se não conseguirem nota para ingresso concorrerão às vagas reservadas. Também houve alteração nos critérios socioeconômicos (que levam em conta a renda e a formação em escola pública) e a inserção de quilombolas entre os beneficiados pela reserva de vagas.

O projeto é de autoria da deputada Maria do Rosário (PT-RS), foi relatado na Câmara por Dandara (PT-MG) e no Senado por Paulo Paim (PT-RS), que manteve o texto aprovado na Câmara e rejeitou oito emendas apresentadas em Plenário. De acordo com Paim, qualquer mudança impossibilitaria que a nova política de cotas pudesse ser aplicada pelo Ministério da Educação a partir de 1º de janeiro de 2024.

Para a educadora Neliane Maria, integrante da Frente das Mulheres Negras do DF, a aprovação do PL 5.384/2020 foi muito positiva, pois esta é uma política “imprescindível” para um país de maioria negra, com passado colonial e a existência de um racismo estrutural forte. “Nós somos maioria, mas não estamos nos espaços de poder, nos estudos científicos, nos serviços públicos, no Executivo, Judiciário e Legislativo e por isso a lei de cotas precisa continuar para diminuir esse abismo que ainda existe no Brasil”, avaliou Neliane.

A representante da Frente das Mulheres Negras do DF classificou a tentativa de retirar a questão racial das cotas como forma de defender a continuidade da desigualdade racial no Brasil. “Existe uma população não-negra que é pobre e podem haver outros instrumentos para esse grupo que não seja a anulação das cotas raciais”, defendeu Neliane, acrescentando que: “esses parlamentares não-negros que são contra as cotas e representam

uma população majoritariamente negra como a do DF evidenciam o problema da falta da representação de negros e pobres nos espaços de poder”.

Data da notícia: **27/10/2023**

Título: STF define pena de mais de 16 anos de prisão para seis condenados pelo 8/1

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br>

Link da notícia: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-define-pena-de-mais-de-16-anos-de-prisao-para-seis-condenados-pelo-8-1>

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu, nesta sexta-feira (27), as penas de mais oito pessoas que foram condenadas pela participação nos atos de 8 de janeiro.

O grupo foi julgado em sessão virtual da Corte que se encerrou em 23 de outubro. Não houve maioria de votos para uma proposta específica de pena a seis deles.

Agora, a Corte definiu um valor intermediário para a punição. Para essas seis pessoas, foram fixadas penas de 16 anos e seis meses, em regime inicial fechado.

São eles:

- Fernando Kevin Da Silva de Oliveira Marinho;
- Raquel de Souza Lopes;
- Cibele Da Piedade Ribeiro da Costa Mateos;
- Charles Rodrigues dos Santos;
- Gilberto Ackermann;
- Fernando Placido Feitosa.

Eles foram condenados pelos seguintes crimes:

- associação criminosa armada;
- abolição violenta do estado democrático de direito;
- golpe de Estado;
- dano qualificado;
- deterioração de patrimônio tombado.

Outros dois condenados

Para os casos de Felipe Feres Nassau e Orlando Ribeiro Junior já havia sido formada maioria de votos favoráveis a uma pena de três anos, em regime aberto. Eles foram condenados pelos crimes de dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

Para a maioria dos ministros, não há provas para condená-los pelos crimes mais graves (associação criminosa armada, abolição violenta do estado democrático de direito e golpe de estado).

Multa para os oito

Os oito réus também foram condenados a pagar multa de R\$ 44 mil e indenização solidária (em conjunto com os demais condenados pelo 8 de janeiro) de R\$ 30 milhões.

Cada ação foi analisada e julgada de forma individual. As denúncias foram oferecidas pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Total de condenados

O STF já condenou 20 pessoas pela participação nos atos.

Nesta sexta-feira (27), a Corte começou a quinta leva de julgamento, com a análise de mais seis réus pela participação nos ataques de 8 de janeiro. Moraes propôs penas de 14 a 17 anos de prisão, além de multa e indenização. O julgamento vai até 7 de novembro.

Data da notícia: **27/10/2023**

Título: STF permite que bancos retomem imóveis de inadimplentes sem ação judicial: 'conflito de classe', diz economista

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/27/stf-permite-que-bancos-retomem-imoveis-de-inadimplentes-sem-acao-judicial-conflito-de-classe-diz-economista>

Por 8 votos a 2, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou os bancos a retomarem os imóveis em caso de inadimplência no pagamento do financiamento, sem a necessidade de uma ação judicial que autorize o despejo dos moradores.

O resultado referenda a Lei 9.514 de 1997 e encerra a matéria da Corte, que discutia se esse método feria a Constituição. A decisão respalda o parecer do relator do texto, o ministro Luiz Fux.

No relatório, Fux destaca que é possível recorrer ao Judiciário "a qualquer momento" para questionar o procedimento de retomada dos imóveis por parte dos bancos. "Nada obsta o ingresso ao Judiciário a qualquer momento, para dirimir eventuais irregularidades ocorridas no curso da cobrança extrajudicial, conferindo a possibilidade do exercício do contraditório judicialmente", opinou.

Pedro Faria, economista e doutor em história, acredita que a decisão mostra um "conflito de classe". "O STF está chancelando uma prática já estabelecida, mas basicamente é um conflito de classe, no sentido que temos os proprietários do capital e a classe trabalhadora, que toma empréstimo. Nesse âmbito financeiro, o conflito de classe se dá na disputa pela concessão de crédito", explicou o pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Por outro lado, Mozar Carvalho, fundador do escritório Machado de Carvalho Advocacia afirmou que a medida busca conferir maior rapidez e eficácia ao processo de recuperação de crédito, "além de otimizar os custos associados a processos judiciais", mas ponderou que "a não intervenção da Justiça pode ter várias consequências."

"Sem a supervisão judicial, pode haver um aumento no número de execuções extrajudiciais que não respeitam integralmente os direitos e garantias dos devedores. Além disso, pode haver situações em que a aplicação estrita da lei não leve em consideração circunstâncias particulares que justificariam uma abordagem mais compassiva ou flexível", afirmou Carvalho, que lembrou da crise provocada pela pandemia da covid-19.

"Existem situações em que o devedor, por motivos justificáveis, não consegue efetuar temporariamente o pagamento de seu financiamento. Neste contexto, quem avaliará essa situação de forma extrajudicial? A decisão não forneceu clareza sobre isso", encerrou.

Por fim, Faria critica o argumento da celeridade, que ao final, favorecerá apenas os bancos. "Quando você é forçado a ir pela via judicial, você impõe restrições e uma lentidão ao banco na tomada de ativos que foram dados como garantia."

Data da notícia: **29/10/2023**

Título: Líder quilombola é assassinado a tiros na frente de casa no Maranhão

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/29/lider-quilombola-e-assassinado-a-tiros-na-frente-de-casa-no-maranhao>

O líder quilombola José Alberto Moreno Mendes, conhecido como Doka, foi assassinado a tiros em frente de casa no interior do Maranhão. O crime ocorreu no município de Itapecuru-Mirim (MA), a 120 km da capital São Luís, e provocou pedidos de justiça dos movimentos populares.

Segundo a Polícia Civil, Doka estava perto de casa, quando dois homens de moto se aproximaram e atiraram cinco vezes contra a vítima. Três disparos atingiram a cabeça, e o líder quilombola morreu no local.

Doka era presidente da Associação de Moradores do Quilombo Jaibara dos Rodrigues e membro da Comissão do Território e do Conselho Quilombola da União das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Itapecuru-Mirim (UNICQUITA).

O Maranhão divide com Rondônia o ranking de estados com mais mortes em conflitos no campo registradas em 2022, ambos com sete vítimas cada. Os dados são do relatório anual da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Movimentos cobram investigação

Em nota, o Centro de Cultura Negra do Maranhão disse que o “assassinato brutal” foi cometido por “dois pistoleiros” e cobrou apuração do crime. “Que a justiça seja feita e que a paz prevaleça”, afirmou a organização.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se solidarizou aos amigos e parentes de Doka. “O Maranhão se consolida enquanto um dos estados mais perigosos para trabalhadores e trabalhadoras do campo e essa realidade precisa mudar. Cobramos medidas emergenciais!”, declarou o Movimento.

SSP diz que conduziu perícia no local do crime

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Maranhão informou em nota que a Polícia Civil iniciou investigação e trabalha para elucidar o crime. Segundo o órgão, o corpo de Doka deu entrada no Instituto Médico Legal na noite de sexta (27) e foi liberado para a família na madrugada de sábado (28).

“Equipe do Instituto de Criminalística (Icrim) foi enviada para Itapecuru, para realizar a perícia em local do crime, a fim de sejam colhidas o máximo de provas que contribuam com a investigação e completa elucidação do assassinato e prisão dos envolvidos”, afirmou a SSP do Maranhão.

“Não podemos mais admitir”, diz deputado

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, disse em uma rede social que o governador do Maranhão, Carlos Orleans Brandão Júnior (PSB), determinou a ida do secretário estadual de segurança pública, Mauricio Martins, ao local, para “esclarecer imediatamente e prender os executores”.

Julio Mendonça (PCdoB), deputado estadual no Maranhão, reforçou os pedidos de investigação. “Não podemos mais admitir que casos de violência como esse aconteçam. Estamos solicitando investigação e providências junto à secretaria de segurança do estado, para que os culpados sejam identificados e punidos”, declarou.

Data da notícia: **30/10/2023**

Título: 30 de outubro de 2022: um ano da eleição de Lula

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/30/30-de-outubro-de-2022-um-ano-da-eleicao-de-lula>

Há exato um ano o Brasil elegeu Luiz Inácio Lula da Silva Presidente do Brasil pela terceira vez e o país voltou a respirar democracia.

A disputa eleitoral mais acirrada e de resultado mais apertado da História pós redemocratização do país simbolizou o fim de quatro anos em que a figura de Jair Bolsonaro

esteve à frente da Nação e impôs uma forma do fazer político desdenhando dos valores democráticos, das instituições, da saúde pública.

Tornou o comando do país algo caricato, sem responsabilidade e voltado a interesses privados e espúrios; atacou chefes dos demais poderes e tratou adversários políticos como inimigos; promoveu passeios de jet-ski e motocicletas enquanto as famílias brasileiras enterravam seus mais de 700 mil mortos na pandemia de covid-19; promoveu a destruição da cultura, da ciência, da preservação ambiental, da transparência e dos direitos.

As eleições de 2022 ocorreram sob tensão, com as afirmativas constantes de Bolsonaro que não respeitaria o resultado caso não fosse eleito, promovendo ato com representantes diplomáticos de todos os países para questionar a lisura do processo eleitoral e a confiança nas urnas eletrônicas, sistema pelo qual, a propósito, fora eleito.

O uso da máquina pública de forma ilegal para se reeleger foi de descaramento sem parâmetros, como a liberação do empréstimo consignado para beneficiários do auxílio Brasil concentrando-se no mês das eleições, o bloqueio nas estradas feito pela Polícia Rodoviária Federal nos locais de maior número de eleitores de Lula, e a operação de empresários ameaçando trabalhadores de desemprego caso Bolsonaro fosse derrotado.

A síntese da campanha da reeleição estava na tríade “Deus, pátria, família”, e se disseminava com a acusação de que a esquerda não é cristã, não é patriota e que deseja o fim da família. O discurso de ódio estimulado e manipulado o tempo todo em recursos avançados de tecnologia da informação tinha efeito devastador.

Nesse cenário, a derrota do populista autoritário não ocorreria sem tentativa de golpe, como ficou evidenciado em seguida à divulgação do resultado, com os acampamentos de seus seguidores em frente aos quartéis, bloqueios das rodovias por caminhoneiros, depredação e queima de ônibus no dia da diplomação e os atos de destruição das instalações dos Três Poderes no dia 8 de janeiro de 2023, já no início do mandato do presidente Lula.

O país que herdamos da gestão de Jair Bolsonaro não permite que tenhamos um jardim de flores em pouco tempo. Foi e segue sendo necessário, ao lado da retomada do crescimento e recuperação da economia com inclusão, erradicar o clima de ódio que foi estimulado, retirar de circulação a quantidade absurda de armas que foram distribuídas, combater os falsos discursos de defesa da família que exclui as diferenças, expor a corrupção praticada.

O que Bolsonaro fez desde seu primeiro dia de governo foi agitação ideológica, com o objetivo de radicalizar os apoiadores, enquanto as ações de governo eram solapadas por lobbies privados. Promoveu privilégios, sonegação, preconceitos, sigilos, violência e ignorância.

Não existe uma só marca construtiva do governo Bolsonaro como legado ao Brasil. Ao oposto, deixou um passivo de R\$ 400 bilhões, desmonte de diversas políticas, recordes de devastação das áreas de preservação e das florestas.

Há um ano recebemos a gigantesca tarefa de recolocar o país no caminho para o qual fora sempre destinado: da democracia, do desenvolvimento, da inclusão socioeconômica, de um meio ambiente sustentável.

Para isso é preciso não perder de vista tudo aquilo que tornou Bolsonaro possível, como lição para que não se repita. Criar antídotos contra as fakes news com habilidade e tolerância.

Há um ano o povo brasileiro gritou NÃO a tudo que Bolsonaro representa. É preciso fazer valer esse desejo garantindo que a ameaça não retorne. Lembrando que ele foi tornado inelegível, mas possui uma quantidade bem grande de seguidores fiéis e toda a família envolvida na política. E que a bancada de extrema-direita eleita ao parlamento em 2022 foi muito expressiva. Muito mesmo.

O bolsonarismo – maior que Bolsonaro e que não se encerrou com a queda dele – na corrosão da democracia é tanto sintoma quanto causa. Por isso mesmo é tarefa tanto do governo Lula como de todos que reconhecem o risco que não podemos mais correr, da sociedade organizada e movimentos sociais, fazer o enfrentamento por meio de políticas públicas e embates públicos, em todos os espaços e territórios, criando os anticorpos para tornar o país imune a novos aventureiros e ditadores.

Data da notícia: **30/10/2023**

Título: Justiça condena São Paulo a indenizar mulher torturada durante ditadura.

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/justica/justica-condena-sao-paulo-a-indenizar-mulher-torturada-durante-ditadura>

A Justiça de São Paulo confirmou uma decisão de primeira instância que condenou o estado a indenizar uma mulher perseguida e torturada durante a ditadura militar no Brasil, que vigorou entre 1964 e 1985. A decisão foi tomada pela 9ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP).

A decisão em primeira instância foi tomada pelo juiz José Eduardo Cordeiro Rocha, da 14ª Vara de Fazenda Pública da Capital. Ao manter a sentença, porém, a Câmara do TJ-SP reduziu de 100 mil para 50 mil reais o valor que tinha sido estabelecido como indenização

A mulher perseguida e torturada por agentes do regime militar era integrante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O período de perseguição começou logo após o Ato Institucional n. 5, publicado em 1968, e que foi responsável pela criação efetiva de um estado de exceção no país, acabando com a possibilidade de habeas corpus, por exemplo.

De acordo com os argumentos iniciais da ação, a mulher foi presa em 1969. No interior do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), ela sofreu torturas físicas, morais e psicológicas. Mesmo após o cumprimento da pena, segundo a ação, ela continuou a ser perseguida pelo regime militar.

Ao votar sobre o caso, o relator do recurso, desembargador Carlos Eduardo Pachi, concluiu que a mulher “sofreu violação de sua dignidade e experimentou prejuízo psicológico muito superior ao mero aborrecimento da vida cotidiana”. Sobre o valor da indenização, ele considerou que a quantia de 50 mil reais atende aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Segundo um levantamento publicado pela organização Human Rights Watch, em 2019, pelo menos 424 pessoas foram mortas ou seguem desaparecidas por conta das ações do regime militar.

A organização concluiu, também, que cerca de vinte mil pessoas foram torturadas ao longo das mais de duas décadas de regime. Há mais de anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) adia o julgamento sobre a Lei da Anistia, que, na prática, viabilizou o fim do regime, mas não materializou a punição a militares que cometeram violações aos direitos humanos. Ao fim do regime e com o início do processo de redemocratização, o Brasil não adotou medidas institucionais que levassem à frente a punição aos militares.

Data da notícia: **30/10/2023**

Título: Incra finaliza cadastro de terras indígenas

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/incra-finaliza-cadastro-de-terras-indigenas>

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) finalizou a inclusão de todas as Terras Indígenas (TIs) no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). Segundo o instituto, a medida abrange 446 áreas que representam mais de 100 milhões de hectares, além de outras 11 TIs homologadas em processo final de regularização.

Os decretos de homologação foram assinados em abril pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O cadastro começou em junho. Entre as TIs cadastradas estão as de Arara do Rio Amônia, no Acre, Avá-Canoeiro, em Goiás, Kariri-Xocó, em Alagoas, Rio dos Índios, no Rio Grande do Sul, Tremembé da Barra do Mundaú, no Ceará, e Uneiuxi, no Amazonas.

“É a primeira vez na história do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) que esse trabalho é realizado”, informou, em nota, o Incra. Com a conclusão do cadastramento, o Estado terá acesso a “dados qualificados indispensáveis à formulação das políticas públicas voltadas à questão agrária”, acrescentou.

Bases fundiárias

A Funai explicou que essa iniciativa tem, como objetivo, a inserção das TIs “em uma das mais importantes bases fundiárias, que compreende o cadastro de todos os imóveis rurais do país e seus detentores, sejam proprietários, arrendatários, parceiros, meeiros e outros; das glebas públicas, reservas ambientais e terras indígenas”.

Tendo como gestores o Incra e a Receita Federal, o Sistema Nacional de Cadastro Rural é a base constituinte do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR). Há nele dados de imóveis rurais, bem como de proprietários e detentores, arrendatários e parceiros rurais, de terras e florestas públicas.

“São mais de sete milhões de imóveis privados e públicos constantes, superando 738 milhões de hectares”, finalizou o Incra.

Data da notícia: **31/10/2023**

Título: TSE retoma julgamento de possível nova inelegibilidade de Bolsonaro nesta terça

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/31/tse-retoma-julgamento-de-possivel-nova-inelegibilidade-de-bolsonaro-nesta-terca>

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) retoma nesta terça-feira (31), às 19h, o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de seu candidato a vice nas eleições de 2022, Walter Braga Netto, por possível crime de abuso de poder político, com uso indevido dos meios de comunicação e conduta vedada. Os episódios julgados aconteceram nas celebrações de 7 de setembro do ano passado, já durante a campanha eleitoral.

Os ministros avaliam duas ações e uma representação especial contra a chapa formada por Bolsonaro e Braga Netto. O julgamento teve início na última semana, e foi suspenso na quinta-feira (26) com dois votos favoráveis à inelegibilidade de Bolsonaro e um contrário, além de multas. No caso de Braga Netto, há um voto favorável à inelegibilidade e dois contrários.

Já votaram os ministros Benedito Gonçalves (relator do caso), Floriano de Azevedo Marques e Raul Araújo (este último se manifestou contrário às condenações de Bolsonaro e Braga Netto). Pela ordem, nesta terça, estão previstos os votos do ministro Ramos Tavares; da vice-presidente do Tribunal, ministra Cármen Lúcia; do ministro Nunes Marques; e, por último, do presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes.

As acusações

As Ações de Investigação Judicial Eleitoral (Aijes) em julgamento foram apresentadas pelo PDT e pela senadora Soraya Thronicke (Podemos), que foi candidata à presidência pelo União Brasil. Bolsonaro e Braga Netto são acusados de uso ilegal de bens materiais, imateriais e de servidores da União nas comemorações de 7 de setembro de 2022, com desvio de finalidade com caráter eleitoral.

No fim de junho, Bolsonaro já foi condenado à inelegibilidade por oito anos, em outra ação do PDT sobre abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação, por utilizar o aparato público para favorecer sua campanha no processo eleitoral do ano passado. Na ocasião, Bolsonaro usou o sistema público de comunicação para transmissão de uma reunião no Palácio do Planalto com embaixadores estrangeiros, na qual o então presidente e candidato questionou o sistema eleitoral brasileiro.

Até o momento, o TSE considera Bolsonaro inelegível até 2030. Caso a nova ação confirme nova inelegibilidade do presidente, os prazos não serão cumulativos, ou seja, se os ministros votarem por uma nova condenação, as penas não serão somadas.

Data da notícia: **31/10/2023**

Título: Desemprego cai a 7,7% e atinge menor taxa desde fevereiro de 2015

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/31/desemprego-cai-a-7-7-e-atinge-menor-taxa-desde-fevereiro-de-2015>

O desemprego no país caiu mais uma vez no trimestre encerrado em setembro, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de pessoas desocupadas no país baixou a 7,7%. Isso é 0,4 ponto a menos do que no trimestre entre abril e junho deste ano e 1 ponto a menos do que no trimestre encerrado em setembro de 2022.

Com a queda, o atual percentual de brasileiros desempregados é o menor registrado desde fevereiro de 2015, quando a taxa era de 7,5%.

Esses dados fazem parte da última edição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada nesta terça-feira (31) pelo IBGE.

Segundo a pesquisa, o Brasil tem hoje o menor contingente de pessoas desempregadas desde maio de 2015: 8,3 milhões. Também tem o maior contingente de pessoas ocupadas desde 2012: 99,8 milhões.

Já a população subutilizada – que gostaria de trabalhar mais do que atualmente trabalha – recuou 14,0% em 12 meses. São 20,1 milhões de pessoas, o menor contingente desde o trimestre encerrado em fevereiro de 2016.

A população desalentada – que desistiu de procurar trabalho – caiu 4,6% ante o trimestre anterior e 17,7% no ano. São 3,5 milhões de pessoas, o menor contingente desde o trimestre encerrado em setembro de 2016.

O número de empregados com carteira de trabalho no setor privado (excluindo os trabalhadores domésticos) chegou a 37,4 milhões, com alta de 1,6% no trimestre e de 3,0% no ano. É o maior contingente desde janeiro de 2015: 37,5 milhões.

Caged positivo

Na segunda-feira (30), o Ministério do Trabalho informou que o país gerou 211.764 vagas formais de emprego em setembro. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). No ano, foram 1,6 milhão de empregos gerados.

De acordo com o ministro Luiz Marinho, o emprego formal cresceu nas 27 unidades da federação. Também houve alta nos cinco grupos de atividade incluídos no levantamento.

Na entrevista coletiva de apresentação dos dados, Marinho reafirmou a estimativa de saldo de 2 milhões neste ano. Ao observar que o primeiro ano dos governos costuma ser de transição, ele disse acreditar que a retomada de obras e da política de valorização do salário mínimo, entre outros fatores, provocarão impacto maior no emprego em 2024.

Data da notícia: **31/10/2023**

Título: Condenações do TSE tiram Bolsonaro e Braga Netto de eleições até 2030

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br>

Link da notícia: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/condenacoes-do-tse-tiram-bolsonaro-e-braga-netto-de-eleicoes-ate-2030>

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) condenou à inelegibilidade, nesta terça-feira (31), o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seu então candidato a vice nas eleições de 2022, Walter Braga Netto. A medida afasta a dupla das disputas eleitorais por oito anos, até as eleições de 2030.

Braga Netto era cotado para disputar a Prefeitura do Rio de Janeiro em 2024. Bolsonaro, que já estava inelegível por um caso anterior, soma uma segunda condenação ao seu histórico.

As condenações de agora envolveram abuso de poder político e econômico durante as cerimônias do Bicentenário da Independência, em 7 de setembro de 2022, durante a campanha presidencial.

Uso eleitoral

Para a maioria dos ministros da Corte, ficou comprovado que a chapa fez uso eleitoral dos eventos comemorativos, por meio de uma deliberada confusão do ato oficial com o comício de campanha. Essa prática teve a gravidade o suficiente para desequilibrar o pleito de 2022, conforme a corrente que venceu o julgamento.

O placar pelas condenações foi de 5 a 2.

No caso do ex-ministro de Bolsonaro e general da reserva do Exército, o voto decisivo foi dado pelo presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes.

“Confusão”

Para Moraes, houve uma “confusão” entre os eventos oficial e de campanha, “que depois se tornou fusão entre evento cívico-militar e eleitoral”.

“O bicentenário serviu para falar desde o preço da gasolina até o lançamento do Pix, passando pelo Fies e aumento do Auxílio Brasil”, disse Moraes, em relação a uma entrevista de Bolsonaro à TV Brasil, antes de desfile em Brasília. “Se isso não é campanha, nada mais é campanha”.

Ainda cabe recursos ao próprio TSE e ao Supremo Tribunal Federal (STF). A tramitação desses recursos, no entanto, não suspende a inelegibilidade, que tem efeito imediato.

Por maioria de votos, o TSE também impôs multa de R\$ 425.640 a Bolsonaro e R\$ 212.820 a Braga Netto.

Votaram a favor da condenação de Bolsonaro e Braga Netto à inelegibilidade:

- Benedito Gonçalves, relator,
- Floriano de Azevedo,
- André Ramos,
- Cármen Lúcia
- e Alexandre de Moraes.

Ao final do julgamento, o relator, Benedito Gonçalves, anunciou um “voto complementar”, mudando sua conclusão inicial, que livrava Braga Netto da inelegibilidade, para condená-lo com essa punição também.

Votaram para livrar a dupla da inelegibilidade os ministros Raul Araújo e Nunes Marques.